



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

**Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais**

CONCORRÊNCIA

003/2026

CONTRATANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

OBJETO

**Contratação de empresa especializada para execução da obra de
CONSTRUÇÃO DO PORTAL DE ENTRADA DO MUNICÍPIO DE CÓRREGO
DANTA/MG.**

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

**R\$ 408.412,36 (QUATROCENTOS E OITO MIL, QUATROCENTOS E DOZE
REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS).**

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 30/06/2026 às 08h00m (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

SITE PARA REALIZAÇÃO:

www.licitanet.com

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG**

**Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais**

**MUNICÍPIO DE CÓRREGO DANTA/MG
CONCORRÊNCIA Nº 003/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2026
Nº EMENDA PARLAMENTAR 202627620003-LUÍS TIBÉ**

Torna-se público que o Município de Córrego Danta/MG, por meio da Secretaria Municipal de Administração, por meio do Setor de Licitações, sediada à Avenida Francisco Campos, nº 27, Centro, realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#) e dos Decretos nº 860/23 e 950/24, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada para execução da obra de CONSTRUÇÃO DO PORTAL DE ENTRADA DO MUNICÍPIO DE CÓRREGO DANTA/MG, compreendendo o fornecimento integral de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, transporte, administração da obra, mobilização, desmobilização, sinalização, limpeza final e todos os serviços necessários à perfeita execução do empreendimento, conforme projetos, memorial descritivo, memorial de cálculo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, BDI e demais documentos técnicos integrantes do processo.

1.2. A licitação será realizada em lote único, sendo o julgamento efetuado pelo critério de menor preço global, conforme planilha orçamentária integrante do processo.

1.3. A presente licitação será realizada na modalidade de concorrência, de acordo com o arrematado pelo art. 6º, inciso XXXVIII; art. 28, inciso II; art. 29, parágrafo único; todos da Lei nº 14.133/2021, considerando a necessidade de seleção da proposta mais vantajosa para execução integral do empreendimento, assegurando competitividade, economicidade, eficiência e atendimento ao interesse público.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no portal www.licitanet.com.br.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG****Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro****Córrego Danta – Minas Gerais**

2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.11. A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. A Proposta Comercial deverá ser, preferencialmente, digitada ou impressa, em língua portuguesa, e entregue sem rasuras, ressalvas, emendas ou entrelinhas. Suas folhas devem estar rubricadas e a última assinada pelo seu representante legal, devendo constar:

3.2.1. Razão social completa da licitante e número de inscrição no CNPJ/MF, que serão os mesmos constantes da documentação de habilitação e das faturas apresentadas por ocasião dos pagamentos, caso seja vencedora do certame;

3.2.2. Preço global para a execução da obra, indicado em moeda corrente nacional, até duas casas decimais, expresso em algarismos e por extenso, devendo estar inclusas todas as despesas concernentes à mão-de-obra, material, tributos, serviços de terceiros, obrigações trabalhistas e previdenciárias, transporte, alimentação, ferramentas, equipamentos, maquinários, licenças, ligações provisórias e demais despesas que se façam necessárias à execução completa, do objeto ora licitado;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG****Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro****Córrego Danta – Minas Gerais**

3.2.3. Planilha Orçamentária detalhada, contendo discriminação dos materiais e serviços a serem executados, com preços unitários, parciais e totais, e ainda as respectivas composições de custos unitários, obedecida a ordem sequencial dos itens apresentada no Anexo VIII, bem como a composição do BDI utilizado;

3.2.4. Prazo de execução do objeto ora licitado de, no máximo 04 (quatro) meses, a contar do primeiro dia útil após a data de recebimento da Ordem de Serviço, emitida pela Prefeitura Municipal de Córrego Danta - MG;

3.2.5. Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 90 (noventa) dias, contados da data prevista para a entrega das propostas.

3.2.6. Apresentar Cronograma Físico-financeiro, de acordo com as informações constantes no cronograma presente no Anexo VIII, devendo observar: o prazo total da obra, as etapas de medição e os respectivos percentuais de desembolso.

3.2.7. A obra será executada em regime de empreitada por menor preço global, devendo ser observados, pelos licitantes, todos os itens constantes na Planilha de Custos (Anexo VIII).

3.2.8. Caso haja omissão dos dados da empresa licitante, referente ao prazo e da validade da proposta, mencionadas no item 3.2.5 serão considerados os prazos estipulados neste Edital.

3.2.9. Os preços unitários deverão ser expressos em R\$ (reais), com duas casas decimais. O preço total da proposta deverá ser expresso tanto em algarismos como por extenso.

3.2.10. As licitantes deverão, para fins de elaboração das propostas, verificar e comparar todas as informações fornecidas para execução da obra, sendo-lhes facultada a vistoria no local da obra.

3.2.11. No preço proposto, que constituirá a única e completa remuneração, deverão ser computados o lucro e todos os custos, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias, bem como quaisquer outras obrigações inerentes ao fornecimento do objeto, não sendo admitidos pleitos de acréscimos a qualquer título.

3.2.12. As propostas cadastradas pelos licitantes no sistema eletrônico que descumprirem as exigências do edital quanto à forma de sua apresentação e/ou apresentarem erros que prejudiquem a oferta de lances e o caráter competitivo do certame, também serão desclassificadas mediante decisão fundamentada do Agente de Contratação.

3.2.13. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

3.3. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.1.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.1.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.1.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.3.2. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.4. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.5. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate previstos no [artigo 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5.1. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

3.6. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o agente deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG****Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro****Córrego Danta – Minas Gerais**

previstas neste Edital. O agente solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 24 (vinte quatro) horas envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, da composição dos custos unitários.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2. Valor de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico (<https://www.licitanet.com.br/>), dos seguintes campos:

4.1.1. valor total, com até 02 (duas) casas decimais;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. A proposta deverá contemplar integralmente todos os serviços, quantitativos e especificações constantes dos projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos integrantes do processo, não sendo admitidas propostas parciais ou que excluam quaisquer parcelas necessárias à completa execução do empreendimento.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, desde que atendidos os requisitos legais de enquadramento. A participação de empresas optantes pelo Simples Nacional observará as disposições da legislação tributária aplicável ao regime de execução da obra, sendo de exclusiva responsabilidade da licitante a correta composição de seus encargos tributários, trabalhistas, previdenciários e comerciais na formação dos preços apresentados.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo menor preço global.

5.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.7. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **100,00 (cem reais)**.

5.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

5.10. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG****Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro****Córrego Danta – Minas Gerais**

5.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.17.1. Nessas condições, as propostas de empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.17.3. Caso a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes de empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

- 5.18.1.5. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.18.1.6. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 5.18.1.7. empresas brasileiras;
- 5.18.1.8. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 5.18.1.9. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 5.18.2. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **24 (vinte quatro horas úteis)**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, da planilha orçamentária, e cronograma físico financeiro.
- 5.18.3. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.19. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

- 6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 6.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))
- 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital.
- 6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.6.1. contiver vícios insanáveis;
- 6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

6.7. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.7.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.7.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.7.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.7.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.9.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DOS VALORES ESTIMADOS

7.1. Valor do contrato:

7.1.1. O custo estimado total da contratação é **R\$ 408.412,36 (QUATROCENTOS E OITO MIL, QUATROCENTOS E DOZE REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS)**, conforme custos unitários descritos na Planilha Orçamentária.

7.2. Reajuste dos preços:

7.2.1. A periodicidade **de reajuste do valor do presente contrato será anual**, contado a partir da data limite para apresentação do orçamento, conforme disposto no art. 3º, §1º da Lei 10.192/2002, mediante aplicação de índices.

7.2.2. Os índices utilizados para reajuste têm por base o Índice Nacional de Custo da Construção Civil - INCC, sendo utilizado o Índices de Reajustamento de Obras Rodoviárias -

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG****Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro****Córrego Danta – Minas Gerais**

DNIT, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV para as colunas específicas, ou outro que venha substituí-lo.

7.2.3. As medições serão reajustadas na forma da lei com aplicação da seguinte fórmula de reajuste:

$$R = \frac{li - lo}{lo} \times V$$

Onde:

R = Valor da parcela de reajustamento procurado.

lo = Índice de preço verificado no mês do orçamento.

li = Índice de preço referente ao mês de reajustamento.

V = Valor a preços iniciais da parcela do contrato de obras ou serviços a ser reajustado.

li e lo = fornecidos pelo INCC – FGV.

7.2.4. Caso os valores dos índices não estejam divulgados na data do cálculo do reajuste, serão utilizados os últimos índices disponíveis e o cálculo do reajuste será corrigido na medição seguinte.

7.3. Reequilíbrio econômico-financeiro:

7.3.1. Ocorrendo modificações dos encargos considerados na composição dos preços, ditada por alteração na legislação federal, estadual ou municipal, poderá ser procedida à respectiva correção, para mais ou para menos, na medida em que a referida legislação reflita na composição dos preços.

7.3.2. Ocorrendo um aumento dos custos dos insumos e/ou mão de obra considerados nas composições dos preços dos serviços, poderá ser procedido o reequilíbrio econômico financeiro, mediante apresentação das composições analíticas dos preços unitários de cada serviço, comprovando o aumento ou decréscimo, oriundos da comparação das tabelas base utilizadas na elaboração da planilha orçamentária, com as tabelas de referência na data do pedido do reequilíbrio.

8. DA GARANTIA DA PROPOSTA

8.1. Será exigida garantia da proposta, como requisito de pré-habilitação, nos termos do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2. A garantia da proposta corresponderá a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação.

8.3. **Considerando o valor estimado da contratação de R\$ 408.412,36 (quatrocentos e oito mil, quatrocentos e doze reais e trinta e seis centavos), a garantia da proposta deverá ser prestada no valor de R\$ 4.084,12 (quatro mil, oitenta e quatro reais e doze centavos).**

8.4. A garantia da proposta poderá ser prestada nas modalidades previstas no §1º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, aplicadas por analogia ao art. 58 da mesma Lei, consistindo em:

8.5. **A garantia da proposta, quando apresentada na forma de Caução em depósito em conta deverá ser protocolada no setor de tesouraria da Prefeitura Municipal, até o dia 30/06/2026, devendo o protocolo ser enviado via sistema Licitanet, no momento do Cadastramento da Proposta.**

8.6. **A Garantia de Proposta deverá ser determinada em reais e poderá ser fornecida sob as seguintes formas:**

- I. **Títulos da dívida pública;**
- II. **Seguro Garantia;**
- III. **Carta de fiança bancária.**

8.7. **A exigência do protocolo da garantia junto à Tesouraria do Município, será aplicada apenas para a garantia prestada em depósito em conta, sendo através da Banco: 001 – Banco do Brasil, Agência: 1090 - Luz MG, Conta Corrente nº 22.738-2.**

8.7.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

8.7.2. Seguro-garantia;

8.7.3. Fiança bancária emitida por instituição autorizada a funcionar no País.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

8.8. A garantia da proposta deverá possuir validade mínima de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de abertura da sessão pública, ou prazo superior que contemple integralmente o período de validade da proposta.

8.9. A comprovação da prestação da garantia deverá ser apresentada juntamente com os documentos de habilitação, sob pena de inabilitação da licitante.

8.10. A garantia da proposta será executada quando o licitante vencedor, sem motivo justificado:

8.10.1. Deixar de assinar o contrato no prazo estabelecido;

8.10.2. Deixar de apresentar a documentação necessária à contratação;

8.10.3. Não mantiver sua proposta durante o prazo de validade;

8.10.4. Recusar-se injustificadamente a cumprir as condições estabelecidas no edital.

8.11. A garantia da proposta será liberada ou restituída aos licitantes após a assinatura do contrato administrativo ou após a homologação e adjudicação do objeto, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.12. A exigência da garantia da proposta visa assegurar a seriedade das propostas apresentadas, reduzir os riscos de desistência injustificada, evitar a participação de licitantes sem efetiva capacidade ou intenção de contratar, fortalecer a segurança jurídica do certame e proteger o interesse público, em conformidade com os princípios da eficiência, planejamento, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

9.3. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.4. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é desejável para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

9.4.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado o dia e horário, com o engenheiro civil do município de córrego Danta/MG o senhor Fernando Crescêncio Bernardes, CREA 168.289D/MG, no horário de 07:00 às 16:00 horas pelo telefone (37) 3424-1010, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.4.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.4.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

9.4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

9.5. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.5.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.

9.6. A exigência e verificação dos documentos de habilitação, somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG****Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro****Córrego Danta – Minas Gerais**

9.6.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado, sendo eles:

9.6.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.6.1.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

9.6.1.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e ou última alteração caso houver devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;

9.6.1.1.3. Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações;

9.6.1.1.4. Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;

9.6.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

9.6.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.6.1.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, através da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em conjunto com a Secretaria da Receita Federal, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa da União, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

9.6.1.2.3. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda ou Distrito Federal, e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal(tais) como certidão(ões) positiva(s) com efeito de negativa(s), na forma da lei;

9.6.1.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei, devidamente comprovadas documentalmente pela licitante;

9.6.1.2.5. Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

9.6.1.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII- A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei.

9.6.1.2.7. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

9.6.1.2.8. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, preferencialmente, com número do CNPJ endereço respectivo, observando-se que:

9.6.1.2.8.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz.

9.6.1.2.8.2. Se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, deverão ser apresentados tanto os documentos da matriz quanto os da filial.

9.6.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

9.6.1.3.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física quando for o caso;

9.6.1.3.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. Quando não houver a obrigatoriedade de publicação do Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis, deverão ser apresentadas cópias legíveis e autenticadas das páginas do Diário Geral onde os mesmos foram transcritos, devidamente assinados pelo contador responsável e por seus sócios, bem como dos Termos de Abertura e Encerramento

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG****Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro****Córrego Danta – Minas Gerais**

do Diário Geral na Junta Comercial do Estado ou no Cartório de Registros de Títulos e Documentos;

9.6.1.3.3. Índices e valores contábeis que deverão ser comprovados:

9.6.1.3.3.1. Liquidez Geral: $LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$ maior ou igual a 1,00.

9.6.1.3.3.2. Liquidez Corrente: $LC = (AC / PC)$ maior ou igual a 1,00.

9.6.1.3.3.3. Grau de Endividamento: $GE = (PC + ELP) / AT$ menor ou igual que 1.00 para obras; onde:

AC = ativo circulante

PC = passivo circulante

RLP = realizável a longo prazo

ELP = exigível a longo prazo

AT = ativo total

9.6.1.3.4. Os índices: LG, LC e GE deverão ser calculados e apresentados pelos licitantes por meio de declaração. Para fins de comprovação dos índices acima, a empresa proponente deverá apresentar, além dos documentos estipulados o Demonstrativo da Boa situação Econômico financeira elaborado pelo contador, onde demonstre claramente as operações que foram realizadas para apresentação do resultado, não sendo aceitos somente os balanços para comprovação dos índices.

9.6.1.3.5. As sociedades constituídas no curso do próprio exercício poderão participar da licitação e deverão apresentar o balanço de abertura para a comprovação da Qualificação Econômica - Financeira.

9.6.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.6.1.4.1. Certidão de registro da empresa emitida pelo CREA/CAU, indicando a não existência de débitos da empresa.

9.6.1.4.2. Certidão de registro do (s) responsável (is) técnico (s) (Engenheiro Civil/Arquiteto Urbanista) da empresa, emitida pelo CREA/CAU, indicando a não existência de débitos dos responsáveis técnicos indicados.

9.6.1.4.3. Comprovação de aptidão do responsável técnico da empresa para a execução do objeto da licitação, nas características, quantidades e prazos especificados no edital, mediante a apresentação de atestados expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrados na entidade profissional competente.

9.6.1.4.4. Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente de pessoal, na data da entrega da proposta, Engenheiro Civil/Arquiteto Urbanista detentor de atestado de responsabilidade técnica de execução de obras e serviços de características semelhantes à do objeto da licitação.

9.6.1.4.5. A comprovação do vínculo empregatício do (s) profissional (s) acima referido (s) será feita através de cópia da Carteira de Trabalho, onde consta a qualificação e registro do empregado, ou ainda outro documento equivalente que comprove o vínculo empregatício.

9.6.1.4.6. Quando se tratar de dirigente (s) da empresa, tal comprovação poderá ser feita através da cópia da ata da assembleia, referente à sua investidura no cargo ou do contrato social.

9.6.1.4.7. Atestado de visita técnica, ou declaração da empresa comprovando que a empresa tomou conhecimento da obra a ser executada, assinado pelo engenheiro da Prefeitura.

9.7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

9.7.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.7.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.8. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG****Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro****Córrego Danta – Minas Gerais**

9.9. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9.10. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.11. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no setor de licitações da Prefeitura Municipal.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Conforme item 21 do Anexo I – Termo de Referência, apêndice deste edital.

12. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1. Conforme item 10 do Anexo I – Termo de Referência, apêndice deste edital.

13. DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

13.1. Conforme item 12 do Anexo I – Termo de Referência, apêndice deste edital.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

14.1. Conforme itens 12 e 13 do Anexo I – Termo de Referência, apêndice deste edital.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG****Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro****Córrego Danta – Minas Gerais****15. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

15.1. A empresa a ser contratada deverá executar a obra de acordo com o cronograma do projeto, tendo o prazo de 1 (um) mês, a contar da data da ordem de serviço, para a entrega da obra.

15.2. O CONTRATO firmado com a empresa deverá ter vigência de 06 (seis) meses, contados da data de sua assinatura, para a realização de todos os trâmites administrativos.

16. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas dos serviços serão custeadas pelas seguintes dotações orçamentárias:

UNID	CLASSIFICAÇÃO/DOTAÇÃO	FONTE	FICHA	ELEMENTO
02.09.02.	15.451.0030.1062	1.706.000.3110	306	4.4.90.51.00- obras e instalações

17. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

17.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

17.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: www.licitanet.com.br.

17.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

17.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

17.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico www.licitanet.com.br.

18.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/ Comissão.

18.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

18.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

18.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

18.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônicos www.licitanet.com.br e www.corregodanta.mg.gov.br.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

18.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 18.11.1. ANEXO I – Termo de Referência
- 18.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
- 18.11.2. Anexo II – Modelo de Proposta.
- 18.11.3. Anexo III – Declaração Unificada
- 18.11.4. Anexo IV – Minuta do Contrato
- 18.11.5. Anexo V – Modelo de demonstrativo da boa situação econômico financeira
- 18.11.6. Anexo VI – Atestado de Visita Técnica (inciso VI do Art. 67 da Lei nº 14.133/21)
- 18.11.7. Anexo VII – Modelo de declaração de conhecimento do local a ser realizado a obra.
- 18.11.8. Anexo VIII – Planilha Orçamentária, Composição do BDI, Cronograma, Memorial Descritivo, Composição de Custos e projetos.

Córrego Danta/MG, 12 de junho de 2026.

Ednei Martins de Matos
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2026

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para execução da obra de **CONSTRUÇÃO DO PORTAL DE ENTRADA DO MUNICÍPIO DE CÓRREGO DANTA/MG**, compreendendo o fornecimento integral de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, transporte, administração da obra, mobilização, desmobilização, sinalização, limpeza final e todos os serviços necessários à perfeita execução do empreendimento, conforme projetos, memorial descritivo, memorial de cálculo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, BDI e demais documentos técnicos integrantes do processo.

1.2. A execução da obra deverá observar integralmente as especificações técnicas constantes dos documentos de engenharia, especialmente quanto aos serviços preliminares, serviços gerais, demolições e limpeza, fundações e estruturas de concreto, alvenaria, cobertura, pisos, revestimentos, esquadrias, instalações hidráulicas, instalações elétricas, pintura, sinalização viária, jardinagem e demais serviços complementares necessários à entrega final do portal em plenas condições de uso, segurança, durabilidade e funcionalidade.

1.3. O valor estimado da contratação é de **R\$ 408.412,36 (QUATROCENTOS E OITO MIL, QUATROCENTOS E DOZE REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS)**, conforme planilha orçamentária com preços estimados, BDI proposto de 26,35% e data-base janeiro/2026.

1.4. O prazo de execução da obra será de **04 (QUATRO) MESES**, contados da emissão da Ordem de Serviço, observando-se o cronograma físico-financeiro aprovado pela Administração.

1.5. O regime de execução será o de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, com critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, mediante realização de **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade pública de implantação de equipamento urbano de caráter institucional, arquitetônico, turístico e paisagístico destinado à identificação e valorização da entrada do Município de Córrego Danta/MG, criando marco visual permanente e qualificado para recepção de moradores, visitantes, turistas, prestadores de serviços, investidores e usuários das vias de acesso ao Município.

2.2. A inexistência de estrutura arquitetônica de identificação na entrada da cidade compromete a adequada percepção urbana do acesso municipal, reduzindo o potencial de valorização paisagística, institucional e turística do Município. A construção do portal busca suprir essa deficiência, promovendo ordenamento visual, fortalecimento da identidade municipal, valorização do espaço público e melhoria da imagem urbana.

2.3. A obra atende ao interesse público ao proporcionar melhoria da infraestrutura urbana, qualificação estética da entrada da cidade, valorização do patrimônio público, fortalecimento do sentimento de pertencimento da população local e ampliação da atratividade turística e institucional do Município.

2.4. Os benefícios esperados compreendem a criação de marco arquitetônico permanente, a melhoria da percepção visual do acesso urbano, a valorização da



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

paisagem, o fortalecimento da identidade municipal, a organização do espaço público, o incentivo ao turismo regional e a qualificação da infraestrutura pública existente.

2.5. A contratação encontra-se compatível com o planejamento municipal voltado ao desenvolvimento urbano, à melhoria dos espaços públicos, à valorização do patrimônio municipal, ao fortalecimento da imagem institucional do Município e ao incentivo ao turismo local.

2.6. Caso o empreendimento esteja vinculado a convênio, contrato de repasse, transferência especial, transferência voluntária ou outro instrumento congêner, deverão ser observadas integralmente as regras do órgão concedente, o plano de trabalho aprovado, o cronograma físico-financeiro, a planilha orçamentária, os documentos técnicos e as exigências de prestação de contas.

2.7. A contratação encontra fundamento nos arts. 5º, 6º, 11, 18, 23, 40, 45, 46, 58, 92, 117, 119, 120, 121, 124, 125, 140, 155, 156 e demais dispositivos aplicáveis da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no Decreto Federal nº 11.246/2022, na Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022, nas normas técnicas da ABNT, nas orientações dos Tribunais de Contas e nos princípios da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade, segurança jurídica, interesse público e desenvolvimento sustentável.

2.8. A intervenção caracteriza-se como **OBRA DE ENGENHARIA**, pois envolve execução de estrutura física permanente, com emprego de materiais, mão de obra especializada, sistemas construtivos, fundações, estruturas, cobertura, instalações, urbanização, acabamentos e demais elementos técnicos vinculados à construção civil.

3. JUSTIFICATIVA TÉCNICA DA SOLUÇÃO ADOTADA

3.1. A solução técnica adotada consiste na construção do Portal de Entrada do Município de Córrego Danta/MG, concebido como elemento arquitetônico de identificação urbana, composto por estrutura física permanente, cobertura, elementos construtivos, acabamentos, instalações complementares, iluminação, urbanização e paisagismo.

3.2. O portal foi planejado para funcionar como marco visual de acesso à cidade, conferindo identidade institucional ao Município e promovendo adequada integração entre arquitetura, sistema viário, paisagem natural e infraestrutura urbana existente.

3.3. A intervenção contempla serviços técnicos de construção civil necessários à implantação completa do empreendimento, incluindo serviços preliminares, mobilização, locação, demolições, fundações, estruturas em concreto, alvenarias, cobertura em estrutura metálica e telha cerâmica, pisos, revestimentos, esquadrias, instalações hidráulicas, instalações elétricas, iluminação, pintura, sinalização viária, jardinagem e limpeza final.

3.4. A solução guarda compatibilidade com o Memorial Descritivo, que estabelece as condições técnicas para execução da obra, abrangendo serviços preliminares, demolições e remoções, infraestrutura, estrutura, alvenarias, cobertura, revestimentos, pisos, urbanização, esquadrias, vidros, instalações elétricas, instalações hidráulicas, pintura, paisagismo e limpeza final.

3.5. A solução guarda compatibilidade com a Planilha Orçamentária, que apresenta valor global estimado de R\$ 408.412,36, organizado por etapas de execução e com aplicação de BDI de 26,35%, contemplando todos os serviços necessários à implantação integral do empreendimento.

3.6. A solução guarda compatibilidade com o Cronograma Físico-Financeiro, que prevê execução em 04 (quatro) meses, com distribuição dos serviços e desembolsos financeiros em conformidade com a sequência lógica da obra, contemplando desembolso de 9,05% no primeiro mês, 28,97% no segundo mês, 32,70% no terceiro mês e 29,28% no quarto mês.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG****Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro****Córrego Danta – Minas Gerais****4. DESCRIÇÃO DETALHADA DO EMPREENDIMENTO**

4.1. Os serviços preliminares compreendem o fornecimento e instalação de placa de obra, em conformidade com as especificações técnicas, normas aplicáveis e exigências da Administração, assegurando adequada identificação do empreendimento.

4.2. Os serviços gerais compreendem locação da obra com gabarito, acompanhamento técnico, locação de container para depósito e ferramentaria, mobilização e desmobilização de container, fornecimento, montagem e desmontagem de andaimes metálicos, bem como demais providências necessárias à organização do canteiro e ao início regular da execução.

4.3. Os serviços de demolições e limpeza compreendem a remoção dos elementos existentes previstos nos documentos técnicos, inclusive demolição de concreto armado, demolição de revestimento asfáltico, carga mecânica e transporte do material demolido, com destinação adequada dos resíduos.

4.4. As fundações e estruturas de concreto compreendem escavações, apiloamento de fundo de valas, corte, dobra e montagem de aço CA-50 e CA-60, formas, escoramentos, fornecimento de concreto estrutural, lançamento, adensamento, acabamento, lajes pré-moldadas, cimbramentos, telas soldadas e demais elementos estruturais necessários à estabilidade e segurança do portal.

4.5. A alvenaria compreende a execução de vedação com tijolo cerâmico furado, inclusive argamassa de assentamento, vergas, contravergas e elementos complementares necessários à adequada conformação arquitetônica do portal.

4.6. A cobertura compreende fornecimento e instalação de estrutura metálica e engradamento metálico em aço, telha cerâmica tipo colonial, cumeeiras, calhas em chapa galvanizada, condutores circulares de águas pluviais e demais elementos necessários à estanqueidade, estabilidade, durabilidade e acabamento do sistema de cobertura.

4.7. Os pisos compreendem preparação de base, terra vegetal quando aplicável, transporte, compactação, execução de piso em concreto, meio-fio, contrapiso, revestimento cerâmico, rodapés, ladrilho hidráulico e demais serviços necessários à urbanização e acabamento das áreas internas e externas do empreendimento.

4.8. Os revestimentos compreendem chapisco, emboço, reboco, revestimento com pedra amoleto, régua de proteção em madeira e demais acabamentos previstos na planilha e no memorial, garantindo padrão estético compatível com a função institucional do portal.

4.9. As esquadrias compreendem fornecimento e instalação de porta metálica, janelas de correr com vidro liso, régua de proteção, vidro comum transparente incolor e demais componentes necessários à composição arquitetônica prevista.

4.10. As instalações hidráulicas compreendem fornecimento e assentamento de tubulações de PVC rígido soldável para água fria, conexões, torneiras metálicas para irrigação ou jardim e demais elementos necessários ao atendimento das necessidades funcionais e paisagísticas do empreendimento.

4.11. As instalações elétricas compreendem quadro de distribuição, eletrodutos, disjuntores, dispositivos DR, DPS, terminais, cabos de cobre, interruptores, tomadas, luminárias, arandelas, luminárias de emergência, dutos PEAD, caixas de passagem, postes de aço galvanizado com refletores LED, relés fotoelétricos e demais componentes necessários ao funcionamento seguro e eficiente do sistema elétrico e de iluminação.

4.12. A iluminação deverá contribuir para a segurança, valorização estética e identificação visual do portal, especialmente no período noturno, devendo ser executada com observância às normas técnicas aplicáveis e aos padrões de eficiência energética.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG****Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro****Córrego Danta – Minas Gerais**

4.13. A urbanização compreende a integração do portal com o sistema viário, passeios, canteiros, meios-fios, pisos, áreas de circulação e demais elementos do entorno, garantindo harmonia entre a estrutura construída e o espaço público existente.

4.14. O paisagismo compreende plantio de grama, palmeiras, espécies ornamentais e demais intervenções previstas nos documentos técnicos, promovendo integração estética e ambiental da estrutura com a paisagem local.

4.15. A limpeza final compreende remoção de entulhos, resíduos, materiais excedentes, equipamentos, estruturas provisórias e entrega do local em perfeitas condições de uso, segurança, conservação e funcionalidade.

4.16. A entrega da obra somente será considerada concluída após a execução integral dos serviços, realização das correções eventualmente apontadas pela fiscalização, apresentação da documentação exigida, recebimento provisório e posterior recebimento definitivo.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A contratada deverá executar integralmente os serviços conforme projetos, memoriais, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, normas técnicas, legislação aplicável, boas práticas de engenharia e determinações da fiscalização.

5.2. A contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade, reduzindo desperdícios, promovendo uso racional de água, energia, materiais e equipamentos, priorizando, sempre que tecnicamente possível, materiais de boa durabilidade, procedência regular e menor impacto ambiental.

5.3. A contratada deverá observar as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos, da Resolução CONAMA nº 307/2002 e demais normas aplicáveis à gestão de resíduos da construção civil, promovendo segregação, acondicionamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada.

5.4. A execução deverá observar as normas técnicas da ABNT aplicáveis à construção civil, segurança estrutural, instalações elétricas, acessibilidade, desempenho, materiais, execução de obras e segurança dos usuários.

5.5. A contratada deverá cumprir integralmente as normas de segurança e saúde no trabalho, especialmente aquelas relacionadas à construção civil, fornecendo EPIs, EPCs, treinamentos, sinalização, isolamento de áreas de risco e demais medidas necessárias à proteção de trabalhadores, usuários da via e terceiros.

5.6. A contratada deverá manter responsável técnico legalmente habilitado, com registro no conselho profissional competente, responsável pela execução da obra, acompanhamento técnico, assinatura de documentos, boletins de medição, diário de obras e demais atos técnicos necessários.

5.7. A contratada deverá apresentar ART e/ou RRT de execução da obra antes do início dos serviços ou, no máximo, por ocasião da primeira medição, sem prejuízo das exigências específicas do edital e da fiscalização.

5.8. A contratada deverá manter Diário de Obras atualizado, contendo registros diários de mão de obra, equipamentos, materiais, condições climáticas, serviços executados, ocorrências, orientações da fiscalização, paralisações, interferências e demais informações relevantes à gestão da execução.

5.9. A contratada deverá realizar controle tecnológico e de qualidade dos serviços sempre que exigido pela fiscalização ou previsto nas normas técnicas, especialmente em serviços estruturais, concreto, aço, fundações, instalações e demais etapas que exijam comprovação técnica de desempenho.

5.10. Todos os materiais deverão ser novos, de primeira qualidade, adequados à finalidade prevista, compatíveis com as especificações técnicas, normas aplicáveis e

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG****Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro****Córrego Danta – Minas Gerais**

padrões exigidos pela Administração, podendo a fiscalização rejeitar materiais inadequados, danificados, divergentes ou sem comprovação de procedência.

5.11. A qualidade dos serviços deverá ser compatível com a finalidade pública do empreendimento, cabendo à contratada refazer, substituir, corrigir, reparar ou remover, às suas expensas, quaisquer serviços executados em desconformidade com o contrato, projetos, memoriais ou normas técnicas.

5.12. A subcontratação somente será admitida se expressamente autorizada pela Administração e nos limites fixados no edital e no contrato, permanecendo a contratada integralmente responsável pela execução, qualidade, segurança, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e demais encargos.

5.13. VISITA TÉCNICA

5.13.1. A visita técnica para participação na presente licitação é facultativa, nos termos dos princípios da competitividade, isonomia e ampla participação previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

5.13.2. A licitante que optar por não realizar a visita técnica deverá apresentar Declaração de Pleno Conhecimento das Condições de Execução do Objeto, conforme modelo disponibilizado pela Administração, declarando possuir conhecimento suficiente das condições locais, características da área de intervenção, acessos, logística, interferências, limitações operacionais e demais informações necessárias à formulação da proposta e execução da obra.

5.13.3. A licitante que optar pela realização da visita técnica receberá Atestado de Visita Técnica emitido pela Prefeitura Municipal de Córrego Danta/MG, devidamente assinado por servidor designado para acompanhar a vistoria.

5.13.4. A visita técnica deverá ser previamente agendada junto ao Setor de Engenharia do Município, por intermédio do Engenheiro Civil Fernando Crescêncio Bernardes, CREA nº 168.289/D-MG, no horário de 07h00 às 16h00, por meio do telefone (37) 3424-1010.

5.13.5. Para realização da visita técnica, o representante da empresa deverá apresentar documento oficial de identificação e documento que comprove sua vinculação ou autorização para representar a licitante durante a vistoria.

5.13.6. Serão disponibilizados dias e horários distintos para atendimento dos interessados, de forma a garantir igualdade de acesso às informações e preservar a competitividade do certame.

5.13.7. A realização da visita técnica não gera qualquer privilégio ou vantagem competitiva à licitante participante, possuindo caráter meramente informativo e complementar.

5.13.8. A não realização da visita técnica não poderá servir de fundamento para posteriores alegações de desconhecimento das condições locais, dificuldades de acesso, características da área de intervenção, interferências existentes, quantitativos, logística de execução ou quaisquer outros fatores relacionados ao objeto da contratação, assumindo a contratada todos os riscos e ônus decorrentes da elaboração de sua proposta.

5.13.9. A Administração disponibilizará aos interessados todos os projetos, memoriais, planilhas, cronogramas e demais documentos técnicos necessários à elaboração da proposta, independentemente da realização da visita técnica.

5.14. A contratada deverá cumprir todas as obrigações ambientais aplicáveis, inclusive quanto à prevenção de poeira, ruídos, erosões, assoreamentos, descarte irregular, danos à vegetação, interferências na drenagem e demais impactos temporários decorrentes da obra.

6. GARANTIA DA PROPOSTA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG**

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

6.1. Será exigida garantia da proposta, como requisito de pré-habilitação, nos termos do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2. A garantia da proposta será equivalente a 1% (UM POR CENTO) do valor estimado da contratação.

6.3. Considerando o valor estimado de R\$ 408.412,36, a garantia da proposta corresponderá a R\$ 4.084,12 (QUATRO MIL, OITENTA E QUATRO REAIS E DOZE CENTAVOS).

6.4. A garantia da proposta poderá ser prestada nas modalidades admitidas pela Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente caução em dinheiro, seguro-garantia, fiança bancária ou títulos admitidos em lei, observadas as condições, prazos e exigências definidos no edital.

6.5. A exigência da garantia da proposta justifica-se em razão da natureza do empreendimento, do valor econômico envolvido, da necessidade de mobilização de mão de obra, materiais, equipamentos, estrutura técnica, recursos logísticos e capacidade operacional para execução de obra pública com prazo de 04 (quatro) meses e valor estimado superior a quatrocentos mil reais.

6.6. A garantia da proposta tem por finalidade assegurar maior seriedade e responsabilidade das propostas apresentadas, reduzindo o risco de participação de licitantes sem efetiva capacidade ou intenção de contratar, bem como prevenindo desistências injustificadas, abandono do certame, recusa de assinatura do contrato ou apresentação de propostas meramente aventureiras.

6.7. Em obras públicas, a desistência injustificada do licitante vencedor ou a apresentação de proposta sem adequada seriedade pode gerar atrasos relevantes ao interesse público, necessidade de convocação de remanescentes, reabertura de etapas processuais, comprometimento do cronograma, perda de oportunidade de execução em período climático favorável e eventual prejuízo à aplicação de recursos orçamentários ou vinculados.

6.8. A exigência de garantia da proposta, limitada a 1% do valor estimado, observa o limite legal, mostra-se proporcional ao porte da obra e atende aos princípios da eficiência, planejamento, economicidade, segurança jurídica, seleção da proposta mais vantajosa e proteção do interesse público.

6.9. A garantia da proposta não se confunde com garantia contratual de execução, possuindo finalidade específica de resguardar a Administração durante a fase licitatória, especialmente quanto à manutenção da proposta e ao compromisso do licitante vencedor em celebrar o contrato nas condições ofertadas.

7. EXECUÇÃO DA OBRA

7.1. A obra deverá ser executada no prazo de **04 (QUATRO) MESES**, contados da emissão da Ordem de Serviço.

7.2. A Ordem de Serviço será emitida após a assinatura do contrato e cumprimento das condições iniciais exigidas, inclusive apresentação de ART/RRT de execução, indicação de responsável técnico, apresentação de documentação de segurança quando aplicável e demais providências necessárias ao início regular dos serviços.

7.3. A execução deverá observar o Cronograma Físico-Financeiro aprovado, com distribuição mensal dos serviços e desembolsos financeiros conforme o avanço físico da obra.

7.4. A mobilização deverá contemplar disponibilização de equipe técnica, mão de obra, equipamentos, materiais, ferramentas, container, andaimes, sinalização, isolamento e demais recursos necessários ao início e continuidade da execução.

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente após a conclusão da obra, mediante vistoria técnica e termo circunstanciado, nos termos do art. 140 da Lei Federal nº

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG****Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro****Córrego Danta – Minas Gerais**

14.133/2021, sem prejuízo da verificação posterior da qualidade, segurança e conformidade dos serviços.

7.6. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da adequação total do objeto, correção de eventuais inconformidades, análise da documentação final e aceitação formal pela Administração.

7.7. O prazo de garantia da obra será de, no mínimo, **05 (CINCO) ANOS**, contado do recebimento definitivo, sem prejuízo da responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra, nos termos da legislação aplicável.

7.8. A contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, falhas de execução, materiais inadequados ou desconformidade com projetos e especificações.

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. A licitante deverá comprovar registro ou inscrição no CREA ou CAU, conforme a natureza dos serviços e o conselho profissional competente, em plena validade.

8.2. A licitante deverá indicar responsável técnico legalmente habilitado, registrado no conselho competente, com atribuição compatível com a execução da obra.

8.3. Deverá ser comprovado o vínculo entre a licitante e o responsável técnico, admitindo-se contrato social, registro em carteira de trabalho, contrato de prestação de serviços, declaração de contratação futura ou outro meio juridicamente idôneo, conforme admitido pela legislação e pelo edital.

8.4. Para fins de qualificação técnico-profissional, deverá ser apresentada Certidão de Acervo Técnico – CAT, emitida pelo conselho profissional competente, acompanhada do respectivo atestado, demonstrando que o profissional indicado executou ou participou da execução de obra ou serviço de engenharia compatível em características relevantes com o objeto lícitado.

8.5. Para fins de qualificação técnico-operacional, deverá ser apresentado atestado de capacidade técnica em nome da licitante, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando execução anterior de obra ou serviço de engenharia com características compatíveis com o objeto, especialmente serviços de construção civil envolvendo estrutura de concreto, cobertura, alvenaria, revestimentos, instalações elétricas e urbanização.

8.6. Consideram-se parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional e/ou técnico-operacional, aquelas vinculadas à execução de fundações e estruturas de concreto, estrutura metálica e cobertura, revestimentos de fachada ou parede, instalações elétricas e urbanização, por representarem etapas essenciais à segurança, durabilidade, desempenho e funcionalidade do portal.

8.7. A exigência de qualificação técnica deverá observar a proporcionalidade, a pertinência com o objeto e a vedação de restrições indevidas à competitividade, sendo admitidas comprovações de serviços similares, desde que tecnicamente compatíveis em complexidade, tecnologia, porte e relevância.

9. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.1. A licitante deverá apresentar certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, observadas as regras específicas para empresas em recuperação judicial que comprovem viabilidade econômica e autorização judicial, quando exigível.

9.2. Deverá apresentar balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, salvo nas hipóteses legalmente admitidas.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG****Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro****Córrego Danta – Minas Gerais**

9.3. A boa situação econômico-financeira será avaliada mediante comprovação de índices contábeis compatíveis com a execução de obra pública, podendo ser exigidos, conforme edital, Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Grau de Endividamento.

9.4. Os índices mínimos recomendados são:

Liquidez Geral maior ou igual a 1,00;

Liquidez Corrente maior ou igual a 1,00;

Grau de Endividamento menor ou igual a 1,00, observada a metodologia definida no edital.

9.5. A garantia da proposta de 1% do valor estimado também integrará as exigências vinculadas à seriedade da proposta e à segurança da contratação, nos termos do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas, falhas, vícios, defeitos ou inconformidades observadas, conforme art. 117, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes, toda situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme art. 117, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.4. A contratada deverá manter preposto aceito pela Administração no local dos serviços, ou disponível sempre que solicitado pela fiscalização, para representá-la na execução do contrato, nos termos do art. 118 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.5. A contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos, falhas ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou dos materiais empregados, nos termos do art. 119 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.6. A contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração Pública ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento realizado pelo contratante, nos termos do art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.7. Somente a contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e demais obrigações resultantes da execução do contrato, conforme art. 121, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.8. A inadimplência da contratada em relação aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato, nos termos do art. 121, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.9. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por representantes da Contratante, designados formalmente para acompanhar a obra, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas, administrativas, orçamentárias, ambientais, de segurança do trabalho e de qualidade, em todos os seus aspectos.

10.10. A fiscalização terá poderes para, nos locais de trabalho, proceder a qualquer determinação necessária à perfeita execução dos serviços, inclusive podendo determinar a correção, substituição, suspensão ou paralisação dos serviços quando não estiverem sendo atendidas as cláusulas contratuais, os projetos, o memorial descritivo, as normas técnicas ou as determinações da Administração.

10.11. Quaisquer exigências da Contratante, do gestor do contrato, dos fiscais e de

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG****Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro****Córrego Danta – Minas Gerais**

seus representantes, inerentes ao fiel cumprimento do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela contratada, sem prejuízo da formalização dos registros próprios no processo de acompanhamento da execução contratual.

10.12. FISCAL TÉCNICO:

10.12.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no instrumento contratual, no Termo de Referência, nos projetos, no memorial descritivo, na planilha orçamentária, no cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conforme Decreto Federal nº 11.246/2022, art. 22, VI.

10.12.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas, falhas, vícios, defeitos ou inconformidades observadas, nos termos do art. 117, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 22, II, do Decreto Federal nº 11.246/2022.

10.12.3. Identificada qualquer inexecução, falha, vício, irregularidade, incompatibilidade técnica, desconformidade com projeto, deficiência executiva ou utilização de material inadequado, o fiscal técnico do contrato emitirá notificação à contratada para a correção da execução do contrato, determinando prazo compatível para a regularização, conforme art. 22, III, do Decreto Federal nº 11.246/2022.

10.12.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, toda situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que sejam adotadas as providências necessárias e saneadoras, se for o caso, conforme art. 22, IV, do Decreto Federal nº 11.246/2022.

10.12.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nos prazos previstos no cronograma físico-financeiro, comprometer a qualidade da obra, afetar a segurança estrutural, causar risco a terceiros ou prejudicar o interesse público, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato, conforme art. 22, V, do Decreto Federal nº 11.246/2022.

10.12.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à adoção das providências necessárias ao recebimento, encerramento, renovação tempestiva ou eventual prorrogação contratual, quando juridicamente cabível, conforme art. 22, VII, do Decreto Federal nº 11.246/2022.

10.12.7. Caberá ainda ao fiscal técnico verificar a conformidade das medições com os serviços efetivamente executados, analisar boletins de medição, acompanhar o Diário de Obras, validar relatórios fotográficos, conferir a aplicação dos materiais, avaliar a qualidade dos serviços, apontar glosas técnicas quando cabíveis e subsidiar o gestor do contrato quanto ao ateste, recebimento provisório e recebimento definitivo da obra.

10.12.8. **FISCAL TÉCNICO:** Bruno Henrique Gontijo – E-mail: brunogontijo.eng13@gmail.com – Telefone: (37) 3424-1010.

10.13. FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA:

10.13.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas, a formalização de apostilamentos, termos aditivos, prorrogações, sanções e demais atos administrativos relativos à execução contratual, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, conforme art. 23, I e II, do Decreto Federal nº 11.246/2022.

10.13.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema,

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG****Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro****Córrego Danta – Minas Gerais**

reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis quando a situação ultrapassar sua competência, conforme art. 23, IV, do Decreto Federal nº 11.246/2022.

10.13.3. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios de verificação documental, controles internos, registros administrativos, relatórios, certidões, comprovações fiscais e trabalhistas, garantias, medições, notas fiscais e demais documentos pertinentes, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros ou falhas eventuais.

10.13.4. Caberá à fiscalização administrativa acompanhar a regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e econômico-financeira da contratada durante a execução contratual, bem como verificar a documentação necessária à liquidação e pagamento, sem prejuízo das atribuições específicas do setor competente.

10.13.5. **FISCAL ADMINISTRATIVO:** Bruno Henrique Gontijo – E-mail: brunogontijo.eng13@gmail.com – Telefone: (37) 3424-1010.

10.14. GESTOR DO CONTRATO:

10.14.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização contratual, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da Ordem de Serviço, registros de ocorrências, notificações, relatórios, medições, alterações, apostilamentos, termos aditivos, prorrogações, sanções e demais atos relevantes, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração, conforme art. 21, IV, do Decreto Federal nº 11.246/2022.

10.14.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, as ocorrências relacionadas à execução contratual e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem sua competência, conforme art. 21, II, do Decreto Federal nº 11.246/2022.

10.14.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa, liquidação e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, conforme art. 21, III, do Decreto Federal nº 11.246/2022.

10.14.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e, quando houver, setorial, quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, bem como a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme art. 21, VIII, do Decreto Federal nº 11.246/2022.

10.14.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, ou pelo agente ou setor com competência para tal, conforme o caso, nos termos do art. 21, X, do Decreto Federal nº 11.246/2022.

10.14.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que justificaram a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, conforme art. 21, VI, do Decreto Federal nº 11.246/2022.

10.14.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos, contabilidade, tesouraria ou setor competente para a formalização dos

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG****Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro****Córrego Danta – Minas Gerais**

procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão, nos termos do contrato.

10.14.8. Caberá ao gestor do contrato coordenar as ações necessárias ao recebimento provisório e definitivo da obra, à análise de eventuais pedidos de prorrogação, reequilíbrio, alteração contratual, glosas, sanções e demais providências administrativas necessárias ao fiel cumprimento do contrato.

10.14.9. **GESTOR DO CONTRATO:** Luiz Juvêncio de Andrade – E-mail: obras@corregodanta.mg.gov.br – Telefone: (37) 3424-1010.

11. MEDIÇÕES

11.1. As medições serão realizadas conforme o avanço físico da obra, observando o cronograma físico-financeiro, os serviços efetivamente executados e a compatibilidade com a planilha orçamentária contratada.

11.2. Para cada medição, a contratada deverá apresentar documentação obrigatória composta, no mínimo, por boletim de medição, memória de cálculo, diário de obras, relatório fotográfico, nota fiscal, certidões de regularidade fiscal e trabalhista, ART/RRT quando aplicável e demais documentos solicitados pela fiscalização.

11.3. Os relatórios fotográficos deverão demonstrar claramente a execução dos serviços medidos, permitindo a conferência visual das etapas, quantitativos, localização, qualidade e avanço físico da obra.

11.4. O Diário de Obras deverá acompanhar todas as medições, devidamente preenchido e assinado pela contratada e pela fiscalização, registrando ocorrências, condições climáticas, mão de obra, equipamentos, materiais e serviços executados.

11.5. Os boletins de medição deverão ser assinados pelo responsável técnico da contratada e pela fiscalização da Administração, somente sendo admitido pagamento de serviços efetivamente executados, conferidos e aprovados.

12. PAGAMENTO

12.1. A liquidação da despesa observará o prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente devidamente acompanhado da documentação exigida, conforme Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

12.2. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a finalização da liquidação da despesa, observada a ordem cronológica, a disponibilidade financeira e a regularidade da documentação apresentada.

12.3. Serão realizadas as retenções tributárias, previdenciárias e fiscais cabíveis, conforme legislação vigente, inclusive ISSQN, Imposto de Renda, contribuições previdenciárias e demais retenções aplicáveis à natureza da contratação.

12.4. O pagamento ficará condicionado à aprovação da medição, à manutenção das condições de habilitação, à regularidade fiscal e trabalhista, à apresentação da documentação exigida e à inexistência de pendências que impeçam a liquidação da despesa.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Executar integralmente a obra conforme projetos, memoriais, planilha, cronograma, edital, contrato, normas técnicas e determinações da fiscalização.

13.2. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas, mão de obra, transporte, administração local e demais recursos necessários à execução.

13.3. Manter responsável técnico habilitado durante toda a execução.

13.4. Apresentar ART/RRT de execução.

13.5. Manter Diário de Obras atualizado.

13.6. Cumprir normas de segurança do trabalho.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG****Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro****Córrego Danta – Minas Gerais**

- 13.7. Proteger trabalhadores, usuários da via, terceiros e bens públicos.
- 13.8. Refazer serviços executados em desconformidade.
- 13.9. Responsabilizar-se por danos causados à Administração ou a terceiros.
- 13.10. Cumprir encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e ambientais.
- 13.11. Manter a regularidade fiscal, trabalhista e econômico-financeira durante toda a vigência contratual.
- 13.12. Destinar corretamente os resíduos da construção civil.
- 13.13. Entregar a obra limpa, testada, funcional e em conformidade com os documentos técnicos.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 14.1. Emitir Ordem de Serviço após o cumprimento das condições necessárias.
- 14.2. Disponibilizar projetos, memoriais, planilha, cronograma e demais documentos técnicos.
- 14.3. Designar gestor e fiscais do contrato.
- 14.4. Acompanhar e fiscalizar a execução da obra.
- 14.5. Analisar medições e documentos apresentados.
- 14.6. Efetuar pagamentos devidos após liquidação regular da despesa.
- 14.7. Comunicar formalmente inconformidades identificadas.
- 14.8. Aplicar sanções administrativas quando cabíveis.
- 14.9. Receber provisória e definitivamente a obra, quando atendidas as exigências legais e contratuais.

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1. O descumprimento das obrigações assumidas sujeitará a contratada às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no edital e no contrato.
- 15.2. Poderão ser aplicadas advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, observados o contraditório, a ampla defesa, a proporcionalidade e a gravidade da infração.
- 15.3. Constituem infrações, entre outras, o atraso injustificado, a inexecução parcial ou total, a execução defeituosa, o abandono da obra, a utilização de materiais inadequados, o descumprimento de normas de segurança, a fraude documental e a recusa injustificada em assinar o contrato.

16. MATRIZ DE RISCOS

- 16.1. Conforme o detalhe mento constante no item 15 do ETP.

17. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 17.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

UNID	CLASSIFICAÇÃO/DOTAÇÃO	FONTE	FICHA	ELEMENTO
02.09.02.	15.451.0030.1062	1.706.000.3110	306	4.4.90.51.00- obras e instalações

18. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**18.1. Reajustamento dos Preços**

- 18.1.1. Os preços inicialmente contratados serão fixos e irreajustáveis pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data-base do orçamento estimado da contratação, em

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG****Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro****Córrego Danta – Minas Gerais**

observância ao disposto no art. 92, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 3º, §1º, da Lei Federal nº 10.192/2001.

18.1.2. Após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, os preços contratuais poderão ser reajustados mediante requerimento da contratada, utilizando-se como índice de reajustamento o Índice Nacional de Custo da Construção – INCC, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

18.1.3. O reajustamento dos preços será calculado mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$R = \frac{li - lo}{lo} \times V$$

Onde:

Onde:

R = Valor do reajustamento;

lo = Índice de preços correspondente ao mês da data-base do orçamento estimado da contratação;

li = Índice de preços correspondente ao mês do reajustamento;

V = Valor da parcela contratual executada ou a executar sujeita ao reajustamento.

18.1.4. Os índices utilizados para cálculo do reajustamento serão aqueles oficialmente divulgados pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

18.1.5. Caso os índices necessários ao cálculo não estejam disponíveis na data da apuração do reajustamento, serão utilizados provisoriamente os últimos índices divulgados, procedendo-se à compensação ou ajuste na medição subsequente após a publicação dos índices definitivos.

18.1.6. O reajustamento será formalizado mediante apostilamento, nos termos do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.2. Reequilíbrio Econômico-Financeiro

18.2.1. Fica assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.2.2. Ocorrendo fatos imprevisíveis, previsíveis de consequências incalculáveis, caso fortuito, força maior, fato do príncipe ou fato da Administração, que provoquem alteração extraordinária dos custos originalmente pactuados, poderá ser concedida a revisão contratual para restabelecimento da equação econômico-financeira.

18.2.3. Ocorrendo modificações dos encargos considerados na composição dos preços em decorrência de alteração da legislação federal, estadual ou municipal, poderá ser procedida a respectiva revisão contratual, para mais ou para menos, na medida em que tais alterações impactem efetivamente os custos de execução do objeto.

18.2.4. O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser formalmente apresentado pela contratada e instruído com documentação técnica e econômica suficiente para comprovação do desequilíbrio alegado.

18.2.5. A comprovação deverá ocorrer mediante apresentação de memória de cálculo, composições analíticas de preços unitários, notas fiscais, contratos de fornecimento,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

tabelas oficiais de referência, índices setoriais, planilhas comparativas e demais documentos aptos a demonstrar a efetiva variação extraordinária dos custos.

18.2.6. Para análise do pedido poderão ser utilizadas as tabelas de referência que serviram de base para elaboração do orçamento estimado da contratação, bem como os referenciais vigentes na data do requerimento, incluindo SINAPI, SICRO, DER/MG e demais sistemas oficiais aplicáveis ao objeto.

18.2.7. O simples aumento ordinário dos custos de mercado, inerente à atividade econômica, não constitui fundamento suficiente para concessão de reequilíbrio econômico-financeiro, exigindo-se a demonstração objetiva da ocorrência de fato superveniente capaz de romper a equação econômico-financeira originalmente pactuada.

18.2.8. O deferimento do pedido dependerá de análise técnica, jurídica e administrativa da Administração, observados os princípios da legalidade, motivação, economicidade, interesse público e preservação do equilíbrio contratual.

18.2.9. Eventual revisão contratual será formalizada mediante termo aditivo, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

19. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

19.1. O prazo de vigência do contrato decorrente da presente contratação será de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, nos termos dos artigos 105 e 111 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.2. O prazo de execução da obra será de **04 (quatro) meses**, contados da emissão da Ordem de Serviço, observando-se o cronograma físico-financeiro aprovado pela Administração.

19.3. A vigência contratual foi estabelecida em prazo superior ao período de execução da obra em razão da necessidade de contemplar todas as etapas administrativas e operacionais relacionadas ao empreendimento, incluindo emissão da Ordem de Serviço, mobilização da contratada, execução dos serviços, medições, recebimento provisório, correção de eventuais pendências, recebimento definitivo, liquidação das despesas, pagamento e encerramento contratual.

19.4. A vigência contratual não se confunde com o prazo de execução da obra, podendo permanecer ativa mesmo após a conclusão física dos serviços, desde que necessária para a prática de atos administrativos relacionados à fiscalização, recebimento, liquidação, pagamento, aplicação de penalidades, apuração de responsabilidades ou demais providências necessárias ao regular encerramento do ajuste.

19.5. O contrato poderá ser prorrogado nas hipóteses legalmente previstas, observadas as disposições dos artigos 106, 107, 111 e 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que devidamente justificado, demonstrada a vantajosidade para a Administração e formalizado mediante termo aditivo.

19.6. Eventuais prorrogações do prazo de execução deverão ser previamente justificadas pela contratada e analisadas pela fiscalização e pela Administração, observando-se a manutenção do interesse público, a compatibilidade com o cronograma físico-financeiro e as demais condições contratuais.

19.7. A expiração da vigência contratual não afasta as responsabilidades da contratada decorrentes da garantia da obra, da responsabilidade pela solidez e segurança da construção, da reparação de vícios construtivos e das demais obrigações previstas na legislação civil e administrativa aplicável.

19.8. Permanecerão exigíveis após o encerramento da vigência contratual todas as responsabilidades legais, técnicas, civis, administrativas e contratuais que, por sua natureza, produzam efeitos além da duração do contrato, especialmente aquelas

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG****Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro****Córrego Danta – Minas Gerais**

relacionadas à garantia quinquenal da obra prevista no Código Civil e na legislação aplicável às obras públicas.

20. DA SUBCONTRATAÇÃO

20.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitado.

20.2. Considerando a natureza do empreendimento, a necessidade de responsabilidade técnica integral pela execução da obra, a compatibilização dos sistemas construtivos, o controle de qualidade, a fiscalização da execução e a responsabilidade pela segurança estrutural do Portal de Entrada do Município de Córrego Danta/MG, a execução deverá ocorrer diretamente pela contratada, vedada a subcontratação total ou parcial do objeto.

20.3. Permanecem ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas relacionadas a atividades acessórias ou complementares que não caracterizem transferência da execução do objeto principal, desde que previamente autorizadas pela Administração e sem prejuízo da integral responsabilidade da contratada pela execução da obra.

21. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, a contratada que:

21.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

21.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

21.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

21.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

21.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

21.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

21.1.7. Ensejar o retardamento da execução da obra ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

21.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou na execução do contrato;

21.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

21.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

21.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

21.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

21.2.1. Advertência, quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 21.1.2 a 21.1.7, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 21.1.8 a 21.1.12, bem como nas hipóteses dos subitens 21.1.2 a 21.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.2.4. Multa:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG****Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro****Córrego Danta – Minas Gerais**

21.2.4.1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, da etapa em atraso ou do serviço não executado, até o limite de 20 (vinte) dias.

21.2.4.2. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, no cumprimento de obrigação contratual ou legal, sem prejuízo da eventual rescisão contratual.

21.2.4.3. Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato na hipótese de a contratada, injustificadamente, desistir da contratação, abandonar a obra, recusar-se a cumprir obrigações essenciais ou der causa à rescisão contratual, podendo a Administração, mediante decisão motivada, reduzir o percentual aplicado conforme a gravidade da infração.

21.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência e no futuro contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração, nos termos do art. 156, §9º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.4. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, nos termos do art. 156, §7º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos termos do art. 157 da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Administração à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia contratual prestada ou será cobrada judicialmente, nos termos do art. 156, §8º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.4.3. Previamente ao encaminhamento para cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado do recebimento da comunicação expedida pela autoridade competente.

21.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto nos arts. 157 e 158 da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

21.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

21.6.2. As peculiaridades do caso concreto;

21.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

21.6.4. Os danos causados à Administração;

21.6.5. A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021 que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/2013 serão apurados e julgados conjuntamente, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na legislação aplicável.

21.8. A personalidade jurídica da contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso de direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na legislação, observando-se o art. 160 da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.9. A Administração deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contado da aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções aplicadas para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, nos termos do art. 161 da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

21.11. Os débitos da contratada para com a Administração, resultantes de multas administrativas e/ou indenizações, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com créditos devidos pelo Município decorrentes deste ou de outros contratos administrativos celebrados com a mesma contratada, observada a legislação aplicável.

22. DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. Integram este Termo de Referência, independentemente de transcrição, todos os projetos, memoriais, planilhas, cronogramas, BDI, ARTs, pareceres, estudos, matriz de riscos e demais documentos técnicos constantes do processo.

22.2. A execução da obra deverá obedecer rigorosamente às normas técnicas aplicáveis, à legislação vigente, às condições do edital, ao contrato e às determinações da fiscalização.

22.3. Eventuais omissões deverão ser solucionadas com base na Lei Federal nº 14.133/2021, nas normas técnicas pertinentes, nos princípios da Administração Pública e nas boas práticas de engenharia.

Córrego Danta/MG, 11 de junho de 2026.

Luiz Juvêncio de Andrade
Secretaria Municipal de Obras



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

APÊNDICE I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

CONFORME INCISOS I A XIII DO §1º, ART. 18, DA LEI Nº 14.133/2021.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

CONFORME ART. 18, §1º, INCISOS I A XIII, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

1. UNIDADE REQUISITANTE

1.1. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTES.

2. INTRODUÇÃO

2.1. O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP tem por finalidade analisar a necessidade pública relacionada à implantação de estrutura arquitetônica destinada à identificação, valorização urbanística e qualificação visual do principal acesso ao Município de Córrego Danta/MG, mediante a avaliação da solução de engenharia necessária ao atendimento do interesse público envolvido.

2.2. A elaboração deste estudo decorre da necessidade de planejamento prévio das contratações públicas, observando os princípios da eficiência, economicidade, planejamento, transparência, interesse público, desenvolvimento sustentável e governança das contratações, constituindo instrumento indispensável para subsidiar a tomada de decisão administrativa quanto à viabilidade da intervenção pretendida.

2.3. O empreendimento objeto deste estudo está diretamente vinculado às ações de desenvolvimento urbano, valorização da infraestrutura municipal, fortalecimento da identidade visual institucional, incentivo ao turismo local, qualificação dos espaços públicos e melhoria da percepção urbanística do Município perante moradores, visitantes, investidores e usuários das vias de acesso.

2.4. A implantação de um pórtico de entrada representa importante instrumento de valorização da paisagem urbana, funcionando como elemento arquitetônico de referência, orientação e identificação territorial, contribuindo para a criação de marco visual permanente associado à imagem institucional do Município.

2.5. O presente ETP observa integralmente as disposições constantes no artigo 18 da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente quanto à demonstração da necessidade da contratação, levantamento das soluções disponíveis, análise da viabilidade técnica e econômica do empreendimento, identificação dos riscos envolvidos e definição dos requisitos necessários para atendimento da demanda pública.

2.6. A elaboração deste estudo encontra-se fundamentada na documentação técnica disponibilizada pela Administração Municipal, compreendendo projetos de engenharia, memorial descritivo, memorial de cálculo, cronograma físico-financeiro, planilha orçamentária, demonstrativo de BDI e demais elementos técnicos necessários à adequada avaliação da solução proposta.

2.7. A solução analisada neste estudo contempla a implantação de pórtico arquitetônico em local estratégico de acesso ao Município, promovendo a integração entre infraestrutura urbana, paisagismo, arquitetura e valorização institucional, em conformidade com as diretrizes de desenvolvimento urbano e turístico municipal.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

3.1. O Município de Córrego Danta/MG possui relevante posição geográfica regional, sendo constantemente acessado por moradores, visitantes, prestadores de serviços, transportadores, produtores rurais e usuários das rodovias que interligam o Município aos demais centros urbanos da região.

3.2. A área destinada à implantação do empreendimento encontra-se localizada em importante eixo viário de acesso ao perímetro urbano municipal, caracterizado por via pavimentada, infraestrutura urbana implantada, sistema de drenagem existente, passeios públicos executados e condições adequadas para receber elemento arquitetônico de identificação municipal.

3.3. Apesar dos investimentos realizados pelo Município na melhoria da infraestrutura urbana e viária, verifica-se a inexistência de estrutura arquitetônica destinada à identificação visual do



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

acesso principal da cidade, circunstância que limita a percepção de ingresso ao território municipal e reduz o potencial de valorização paisagística do local.

3.4. Atualmente, o acesso ao Município ocorre sem a existência de elemento arquitetônico que promova identificação institucional imediata, acolhimento visual dos visitantes e valorização da imagem urbana local, fazendo com que a entrada da cidade não possua marco físico compatível com a relevância histórica, econômica e social do Município.

3.5. A inexistência de estrutura de recepção e identificação urbana compromete a criação de identidade visual municipal, reduzindo a capacidade de fortalecimento da imagem institucional perante visitantes e usuários das rodovias de acesso.

3.6. Sob a ótica urbanística, os acessos municipais constituem espaços estratégicos de apresentação da cidade, funcionando como áreas de transição entre o ambiente rodoviário e o ambiente urbano, razão pela qual devem receber tratamento arquitetônico adequado, capaz de transmitir organização, pertencimento, identidade cultural e valorização do patrimônio público.

3.7. A implantação do pórtico permitirá a criação de marco arquitetônico permanente, conferindo identidade visual ao Município, fortalecendo o sentimento de pertencimento da população local e contribuindo para a valorização estética da entrada da cidade.

3.8. O empreendimento contribuirá para a melhoria da percepção urbana por parte dos visitantes, proporcionando referência visual clara quanto ao ingresso no território municipal, bem como valorização do conjunto paisagístico existente.

3.9. A solução analisada também possui relevante potencial turístico, uma vez que estruturas desta natureza se consolidam como elementos de destaque visual, frequentemente utilizadas para divulgação institucional, fortalecimento da imagem municipal e promoção do turismo regional.

3.10. A necessidade pública identificada encontra-se diretamente relacionada ao interesse da Administração Municipal em promover o ordenamento visual dos acessos urbanos, a valorização da paisagem, o fortalecimento da identidade institucional e a melhoria da infraestrutura urbana destinada ao acolhimento de visitantes e usuários do sistema viário.

3.11. Os benefícios esperados abrangem aspectos urbanísticos, sociais, econômicos, institucionais e turísticos, justificando a avaliação da viabilidade da implantação da solução de engenharia proposta.

3.12. Sob a perspectiva do interesse público, a intervenção permitirá a qualificação do principal acesso ao Município, agregando valor ao patrimônio público municipal e contribuindo para o desenvolvimento urbano sustentável.

4. JUSTIFICATIVA

4.1. A justificativa urbanística da intervenção fundamenta-se na necessidade de qualificação da entrada da cidade como espaço representativo do ambiente urbano municipal, promovendo organização visual, valorização da paisagem e fortalecimento da imagem urbana local.

4.2. Os acessos urbanos constituem elementos fundamentais da estrutura territorial dos municípios, sendo responsáveis pela primeira percepção dos visitantes em relação à organização, conservação e desenvolvimento da cidade.

4.3. A implantação do pórtico contribuirá para a formação de marco arquitetônico permanente, reforçando a identidade visual municipal e promovendo integração entre infraestrutura urbana, paisagismo e arquitetura.

4.4. Sob o aspecto arquitetônico, a solução proposta possibilita a criação de elemento construtivo de destaque, concebido para harmonizar-se com o ambiente existente, respeitando as características locais e agregando valor estético ao espaço público.

4.5. A intervenção permitirá a constituição de referência visual de grande impacto, contribuindo para a criação de imagem institucional sólida e facilmente identificável pelos usuários da via.

4.6. Sob a perspectiva institucional, a implantação do pórtico representa importante instrumento de fortalecimento da identidade do Município, ampliando sua visibilidade regional e consolidando sua representação visual perante moradores e visitantes.

4.7. A valorização institucional decorrente da implantação da estrutura contribui para o fortalecimento da imagem da Administração Pública, evidenciando investimentos voltados à melhoria da infraestrutura urbana e ao desenvolvimento municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

4.8. A justificativa turística encontra respaldo na crescente utilização de elementos arquitetônicos urbanos como instrumentos de promoção territorial, valorização cultural e fortalecimento da atividade turística regional.

4.9. Municípios que investem em marcos arquitetônicos de identificação tendem a ampliar sua capacidade de atração de visitantes, melhorar a divulgação espontânea de sua imagem e fortalecer sua presença nos circuitos turísticos regionais.

4.10. Sob o aspecto econômico, a valorização urbanística dos acessos municipais contribui para a melhoria da percepção de investidores, empreendedores e usuários dos serviços locais, potencializando oportunidades de desenvolvimento econômico.

4.11. A intervenção também possui relevante função social, uma vez que promove o fortalecimento do sentimento de pertencimento da população, a valorização dos espaços públicos e o aprimoramento da identidade coletiva municipal.

4.12. Administrativamente, a implantação do empreendimento encontra-se alinhada às diretrizes de modernização urbana, valorização do patrimônio público e melhoria da infraestrutura municipal.

4.13. A fundamentação legal da presente análise encontra respaldo nos artigos 5º, 11, 18 e 45 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como nos princípios constitucionais da eficiência, planejamento, interesse público, desenvolvimento sustentável e boa administração.

5. INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

5.1. O empreendimento encontra-se compatível com os objetivos e diretrizes estabelecidos no Plano Plurianual do Município, especialmente aqueles relacionados ao desenvolvimento urbano, melhoria da infraestrutura pública, valorização dos espaços urbanos e fortalecimento das ações voltadas ao desenvolvimento econômico e turístico municipal.

5.2. A solução analisada também se mostra compatível com as diretrizes previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, uma vez que se enquadra nas ações voltadas à melhoria da infraestrutura urbana e valorização dos bens públicos municipais.

5.3. A execução do empreendimento deverá observar a existência de dotação orçamentária específica prevista na Lei Orçamentária Anual, em conformidade com as normas de responsabilidade fiscal e planejamento governamental.

5.4. Sob a ótica do planejamento estratégico municipal, a implantação do pórtico encontra alinhamento com ações de fortalecimento institucional, desenvolvimento urbano, incentivo ao turismo e qualificação dos espaços públicos.

5.5. Havendo participação de recursos oriundos de convênios estaduais ou federais, a solução deverá observar integralmente os instrumentos de pactuação, planos de trabalho, projetos aprovados, cronogramas físicos e financeiros, normas do órgão concedente e demais requisitos legais aplicáveis.

5.6. Caso o Município possua Plano de Contratações Anual formalmente instituído, o empreendimento deverá estar devidamente previsto e compatibilizado com o respectivo instrumento de planejamento.

5.7. A compatibilidade da solução com os instrumentos de planejamento governamental demonstra a aderência da intervenção às políticas públicas municipais e reforça a viabilidade administrativa do empreendimento.

5.8. A análise realizada evidencia que a solução proposta possui aderência aos objetivos institucionais da Administração Municipal, apresentando alinhamento com as estratégias de desenvolvimento urbano, fortalecimento da identidade municipal e valorização do patrimônio público.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. A solução de engenharia a ser futuramente implementada deverá observar integralmente os elementos técnicos constantes dos projetos, memoriais, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro, normas técnicas aplicáveis e demais documentos integrantes do processo administrativo, garantindo a perfeita compatibilidade entre o planejamento, a execução e os resultados pretendidos pela Administração Municipal.

6.2. Considerando a natureza do empreendimento, os requisitos técnicos deverão contemplar a execução de infraestrutura, fundações, elementos estruturais, alvenarias, revestimentos,

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG****Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro****Córrego Danta – Minas Gerais**

cobertura, instalações elétricas, urbanização, paisagismo, acabamentos e demais sistemas necessários à completa implantação do pórtico de entrada do Município.

6.3. A solução deverá ser concebida para suportar adequadamente as cargas permanentes e acidentais previstas em projeto, observando rigorosamente os critérios de dimensionamento estrutural, estabilidade global, resistência mecânica, segurança dos usuários e durabilidade dos elementos construtivos.

6.4. Todos os materiais empregados deverão possuir qualidade compatível com as normas técnicas brasileiras, apresentando desempenho adequado às condições climáticas locais, resistência ao envelhecimento precoce, facilidade de manutenção e vida útil compatível com investimentos públicos de infraestrutura urbana.

6.5. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, legislações urbanísticas, legislações ambientais, normas de segurança do trabalho e demais regulamentos aplicáveis às obras e serviços de engenharia.

6.6. Os requisitos operacionais da solução envolvem a necessidade de execução contínua e coordenada dos serviços, observando a sequência lógica das etapas construtivas, a compatibilidade entre sistemas, a minimização de interferências no tráfego local e a preservação da segurança dos usuários da via.

6.7. A futura solução deverá assegurar elevado padrão de qualidade construtiva, garantindo uniformidade dos acabamentos, adequada execução dos serviços, compatibilidade dimensional dos elementos arquitetônicos e observância dos parâmetros estabelecidos nos documentos técnicos aprovados.

6.8. O desempenho da estrutura deverá atender aos requisitos mínimos de estabilidade, resistência, funcionalidade, segurança e durabilidade exigidos para equipamentos urbanos permanentes, considerando sua exposição contínua às intempéries e às variações climáticas da região.

6.9. A segurança estrutural constitui requisito essencial da solução, devendo ser assegurada mediante adequada execução das fundações, estruturas de sustentação, elementos de cobertura, sistemas de fixação, instalações complementares e demais componentes integrantes do empreendimento.

6.10. Deverão ser observadas as normas técnicas relacionadas às ações permanentes, ações variáveis, cargas de vento, estabilidade estrutural, resistência dos materiais e segurança das edificações, garantindo o adequado comportamento estrutural durante toda a vida útil da obra.

6.11. A solução deverá contemplar requisitos de acessibilidade aplicáveis às áreas urbanizadas afetadas pela intervenção, observando as disposições da ABNT NBR 9050 e demais normas correlatas, de modo a preservar a utilização segura dos espaços públicos existentes.

6.12. Os requisitos ambientais deverão contemplar a utilização racional dos recursos naturais, a adequada gestão dos resíduos da construção civil, a minimização dos impactos ambientais temporários decorrentes da execução dos serviços e a observância integral da legislação ambiental vigente.

6.13. A durabilidade da solução deverá constituir premissa fundamental do empreendimento, exigindo a utilização de materiais adequados, sistemas construtivos compatíveis com a exposição ambiental da região e técnicas executivas capazes de assegurar reduzida necessidade de intervenções corretivas futuras.

6.14. Os elementos arquitetônicos, estruturais e urbanísticos deverão ser concebidos de forma a permitir manutenção simplificada, reduzindo custos operacionais futuros e facilitando as atividades de conservação realizadas pelo Município.

6.15. Os componentes sujeitos à exposição solar, chuvas, ventos e demais agentes atmosféricos deverão possuir proteção adequada contra corrosão, degradação prematura, fissuração, infiltrações e demais patologias construtivas.

6.16. A solução deverá prever garantias compatíveis com a legislação aplicável às obras públicas, incluindo responsabilidade técnica, garantia dos serviços executados, correção de eventuais defeitos construtivos e atendimento aos prazos legais previstos no ordenamento jurídico.

6.17. Considerando a relevância institucional da estrutura, o empreendimento deverá apresentar elevado padrão de acabamento e qualidade visual, compatíveis com sua função de representar a identidade do Município perante moradores e visitantes.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG****Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro****Córrego Danta – Minas Gerais****7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

7.1. A solução analisada consiste na implantação de estrutura arquitetônica destinada à identificação e valorização da entrada do Município, concebida como elemento urbano permanente voltado ao fortalecimento da identidade visual municipal, valorização paisagística e qualificação da infraestrutura urbana existente.

7.2. O empreendimento foi concebido para funcionar como marco arquitetônico de recepção e identificação do Município, promovendo integração entre arquitetura, urbanismo, paisagismo e infraestrutura pública.

7.3. A configuração arquitetônica prevista busca criar elemento visual de destaque capaz de proporcionar imediata identificação territorial, valorizando a percepção urbana dos usuários que ingressam no Município.

7.4. A solução compreende a execução de todas as etapas necessárias à implantação da estrutura, incluindo serviços preliminares, locação da obra, mobilização, infraestrutura, fundações, estruturas de sustentação, elementos arquitetônicos, cobertura, instalações elétricas, urbanização, paisagismo e serviços complementares.

7.5. A infraestrutura da solução compreende os serviços de preparação da área, locação topográfica, escavações, regularizações, compactações e demais procedimentos necessários à adequada implantação da estrutura no local definido em projeto.

7.6. As fundações constituem elemento essencial da solução, sendo responsáveis pela transferência das cargas da estrutura para o solo de fundação, garantindo estabilidade, segurança e desempenho estrutural compatíveis com a finalidade do empreendimento.

7.7. O sistema de fundações deverá observar integralmente as características geotécnicas consideradas no projeto estrutural, assegurando adequada distribuição das cargas e minimização de recalques diferenciais.

7.8. A estrutura principal do empreendimento será composta por elementos resistentes destinados à sustentação da cobertura, dos elementos arquitetônicos e das cargas permanentes e variáveis previstas no dimensionamento estrutural.

7.9. A estrutura deverá ser concebida de forma a proporcionar estabilidade global, resistência mecânica, segurança operacional e durabilidade compatíveis com sua utilização permanente em ambiente externo.

7.10. A cobertura constitui importante componente da solução arquitetônica, possuindo simultaneamente função estética e funcional, contribuindo para a composição visual do pórtico e para a proteção dos elementos construtivos integrantes da estrutura.

7.11. Os sistemas de cobertura deverão observar critérios de estanqueidade, resistência às ações do vento, durabilidade dos materiais empregados e compatibilidade arquitetônica com o conjunto projetado.

7.12. A solução contempla a implantação de instalações elétricas destinadas à alimentação dos sistemas de iluminação previstos, contribuindo para a valorização visual da estrutura durante o período noturno e para o fortalecimento da identidade urbana do Município.

7.13. As instalações elétricas deverão ser executadas em conformidade com as normas técnicas vigentes, observando critérios de segurança, eficiência energética, facilidade de manutenção e durabilidade.

7.14. O paisagismo integra a solução como elemento complementar de qualificação urbana, contribuindo para a harmonização da estrutura com o ambiente existente e para o enriquecimento visual do conjunto arquitetônico.

7.15. Os elementos paisagísticos previstos deverão promover integração entre a infraestrutura implantada e a paisagem local, valorizando os acessos urbanos e reforçando a função institucional da intervenção.

7.16. A urbanização associada ao empreendimento compreende adequações dos espaços adjacentes, compatibilização com passeios existentes, integração com sistemas viários, acabamento das áreas de intervenção e demais serviços necessários à completa inserção da estrutura no ambiente urbano.

7.17. Todos os sistemas construtivos integrantes da solução apresentam caráter complementar e interdependente, exigindo planejamento integrado e execução coordenada para garantir desempenho satisfatório do conjunto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

7.18. A solução foi concebida para atender simultaneamente objetivos urbanísticos, arquitetônicos, institucionais, turísticos e patrimoniais, promovendo significativa valorização da entrada do Município.

7.19. A implantação da estrutura contribuirá para a melhoria da percepção urbana, fortalecimento da identidade visual municipal, valorização dos espaços públicos e incremento da atratividade turística local.

7.20. Sob a perspectiva do interesse público, a solução apresenta potencial para gerar benefícios permanentes à coletividade, justificando sua análise como alternativa viável para atendimento da necessidade identificada.

8. ESTIMATIVA DO PRAZO DA OBRA

8.1. A estimativa de prazo para execução do empreendimento deverá observar integralmente o cronograma físico-financeiro elaborado pela equipe técnica responsável, considerando a sequência lógica dos serviços, a produtividade esperada, a complexidade das etapas construtivas e as condições operacionais da área de implantação.

8.2. A definição do prazo não decorre de estimativa arbitrária, mas sim da análise detalhada das atividades necessárias à execução da infraestrutura, fundações, estruturas, cobertura, instalações, acabamentos, urbanização e paisagismo previstos para o empreendimento.

8.3. O cronograma físico-financeiro elaborado permite a distribuição racional das atividades ao longo do período de execução, assegurando compatibilidade entre avanço físico da obra, desembolsos financeiros e capacidade operacional necessária à implantação da solução.

8.4. A duração estimada deverá considerar fatores técnicos como mobilização de equipamentos, execução das fundações, tempo de cura dos elementos estruturais, montagem dos componentes arquitetônicos, execução das instalações complementares e conclusão dos acabamentos.

8.5. Também deverão ser considerados fatores externos capazes de influenciar a execução, incluindo condições climáticas, logística de fornecimento de materiais, disponibilidade de mão de obra especializada e eventuais interferências operacionais decorrentes da localização da obra.

8.6. A previsão de prazo constante dos documentos técnicos demonstra-se compatível com a natureza e o porte do empreendimento, permitindo a execução adequada dos serviços sem comprometer a qualidade final da obra.

8.7. Embora o prazo de execução física esteja diretamente vinculado ao cronograma aprovado, a vigência contratual futura deverá contemplar período superior ao prazo executivo, de forma a abranger mobilização, recebimento provisório, recebimento definitivo, correção de eventuais inconformidades, procedimentos administrativos e demais etapas necessárias ao encerramento contratual.

8.8. Tal previsão encontra fundamento nos princípios da eficiência administrativa, da adequada gestão contratual e da necessidade de assegurar o pleno acompanhamento da execução física e financeira do empreendimento.

9. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

9.1. As quantidades necessárias à implementação da solução foram definidas a partir dos levantamentos técnicos constantes dos projetos de engenharia e arquitetura elaborados especificamente para o empreendimento.

9.2. Os quantitativos decorrem da análise detalhada das características físicas da estrutura projetada, abrangendo todos os elementos necessários à execução integral da solução proposta.

9.3. A metodologia adotada baseou-se na interpretação dos projetos executivos, levantamento geométrico dos elementos construtivos, dimensionamento das estruturas e identificação das necessidades técnicas de cada etapa da obra.

9.4. O memorial de cálculo constitui documento fundamental para a validação dos quantitativos, apresentando a memória técnica utilizada para obtenção das quantidades de serviços e materiais necessários à implantação do empreendimento.

9.5. A compatibilidade entre projetos, memorial de cálculo e planilha orçamentária permite assegurar a rastreabilidade dos quantitativos e a adequada justificativa técnica dos serviços previstos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

9.6. A planilha orçamentária foi elaborada com base nos quantitativos levantados pela equipe técnica responsável, refletindo fielmente as necessidades identificadas nos documentos de engenharia.

9.7. Os quantitativos contemplam todas as etapas necessárias à implantação da solução, incluindo serviços preliminares, infraestrutura, fundações, estruturas, alvenarias, cobertura, instalações, urbanização, paisagismo, acabamentos e serviços complementares.

9.8. A suficiência dos quantitativos decorre da compatibilização entre os diversos documentos técnicos do empreendimento, permitindo concluir que os serviços previstos são adequados para a execução integral da solução proposta.

9.9. A metodologia adotada reduz significativamente os riscos de superdimensionamento ou subdimensionamento dos quantitativos, contribuindo para maior precisão orçamentária e melhor controle da execução futura.

9.10. Os quantitativos estimados deverão ser considerados suficientes para garantir a implantação integral da solução de engenharia analisada neste estudo.

10. LEVANTAMENTO DE MERCADO

10.1. O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de identificar as alternativas disponíveis para atendimento da necessidade pública relacionada à implantação de estrutura de identificação urbana na entrada do Município.

10.2. A primeira alternativa analisada corresponde à execução direta pela Administração Pública Municipal.

10.3. Sob o aspecto teórico, a execução direta consistiria na realização dos serviços mediante utilização de servidores, equipamentos e recursos próprios do Município.

10.4. Entretanto, verificou-se que a execução direta apresenta limitações significativas relacionadas à disponibilidade de mão de obra especializada, equipamentos específicos, estrutura operacional, logística construtiva e capacidade de gerenciamento simultâneo das diversas etapas da obra.

10.5. Além disso, a execução direta exigiria múltiplos procedimentos administrativos para aquisição de materiais, locação de equipamentos e eventual contratação complementar de serviços especializados.

10.6. A segunda alternativa analisada corresponde à execução mediante cooperação institucional ou utilização de programas governamentais eventualmente disponibilizados por outros entes federativos.

10.7. Embora juridicamente possível em determinadas situações, esta alternativa apresenta limitações decorrentes da dependência de programas específicos, disponibilidade orçamentária de terceiros e compatibilidade temporal com as necessidades do Município.

10.8. A terceira alternativa analisada consiste na execução por empresa especializada no segmento de construção civil e obras de engenharia.

10.9. O mercado regional e estadual apresenta número significativo de empresas aptas à execução de empreendimentos com características semelhantes às identificadas neste estudo.

10.10. A execução por empresa especializada possibilita a disponibilização simultânea de equipe técnica qualificada, equipamentos, materiais, sistemas de controle de qualidade e estrutura operacional compatíveis com as exigências do empreendimento.

10.11. Sob a perspectiva técnica, esta alternativa apresenta maior capacidade de assegurar conformidade com os projetos, cumprimento dos prazos e observância das normas técnicas aplicáveis.

10.12. Sob a ótica operacional, a utilização de empresa especializada reduz significativamente os riscos relacionados à mobilização de recursos, coordenação das etapas construtivas e gerenciamento das atividades de campo.

10.13. Sob a perspectiva econômica, a execução integrada por empresa especializada tende a proporcionar maior racionalização dos custos, melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e redução dos riscos de atrasos decorrentes da fragmentação dos serviços.

10.14. A análise comparativa das alternativas evidencia que a solução baseada na execução integrada do empreendimento mediante empresa especializada apresenta maior aderência aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG****Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro****Córrego Danta – Minas Gerais**

10.15. Conclui-se, portanto, que dentre as alternativas avaliadas, a execução por empresa especializada representa a solução mais vantajosa para atendimento da necessidade pública identificada, em razão de sua superioridade técnica, operacional e econômica.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. A estimativa do valor necessário à implementação da solução analisada foi obtida a partir da elaboração de orçamento técnico detalhado, desenvolvido com base nos projetos de engenharia, memorial de cálculo dos quantitativos, memorial descritivo, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos integrantes do processo de planejamento do empreendimento.

11.2. O orçamento foi estruturado mediante a identificação e quantificação de todos os serviços necessários à implantação da solução, contemplando desde os serviços preliminares até os acabamentos finais, incluindo infraestrutura, fundações, estruturas, cobertura, instalações, urbanização, paisagismo e serviços complementares.

11.3. A metodologia empregada para composição dos custos observou os referenciais oficiais aplicáveis às obras públicas, utilizando bases de preços reconhecidas pelos órgãos de controle e amplamente adotadas pela Administração Pública, garantindo maior confiabilidade e transparência à formação do valor estimado.

11.4. Os custos unitários foram definidos mediante utilização de composições oficiais compatíveis com a natureza dos serviços previstos, observando parâmetros técnicos de produtividade, consumo de materiais, utilização de equipamentos, encargos sociais e demais insumos necessários à adequada execução da obra.

11.5. A composição do orçamento contempla todos os custos diretos necessários à implantação da solução, incluindo mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, transporte, mobilização, administração local e demais despesas indispensáveis à execução dos serviços.

11.6. O valor estimado também considera os custos indiretos incidentes sobre a execução do empreendimento, observando metodologia de cálculo compatível com os referenciais técnicos adotados para obras públicas.

11.7. O Benefício e Despesas Indiretas – BDI foi elaborado em conformidade com os parâmetros técnicos aplicáveis ao setor da construção civil, contemplando administração central, seguros, garantias, riscos, despesas financeiras, tributos e margem de remuneração compatível com o mercado da construção civil.

11.8. A metodologia adotada encontra respaldo nas orientações do Tribunal de Contas da União, nos referenciais técnicos utilizados pela Administração Pública e nas boas práticas de orçamento de obras públicas.

11.9. O valor estimado demonstra compatibilidade com os quantitativos constantes dos projetos e memoriais de cálculo, assegurando coerência entre o planejamento físico e a estimativa financeira do empreendimento.

11.10. A compatibilização entre projetos, quantitativos e orçamento reduz significativamente os riscos de sobrepreço, insuficiência orçamentária ou distorções na formação dos custos estimados.

11.11. A estimativa financeira obtida representa o custo necessário para implantação integral da solução analisada neste Estudo Técnico Preliminar, refletindo adequadamente as exigências técnicas e operacionais do empreendimento.

11.12. Considerando a metodologia utilizada, os referenciais adotados e a compatibilidade entre os documentos técnicos elaborados, conclui-se que o valor estimado apresenta adequada aderência às condições de mercado e aos requisitos necessários para implantação da solução proposta.

12. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

12.1. Nos termos do artigo 40, inciso V, alínea "b", e do artigo 18, §1º, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração Pública deve avaliar a conveniência e a viabilidade do parcelamento do objeto, observando aspectos técnicos, econômicos, operacionais e de competitividade.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG****Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro****Córrego Danta – Minas Gerais**

12.2. O parcelamento constitui medida recomendável quando os serviços apresentam autonomia funcional, independência executiva e possibilidade de contratação separada sem prejuízo da eficiência, economicidade ou qualidade final da solução.

12.3. No presente caso, a solução analisada é composta por sistemas construtivos tecnicamente integrados e interdependentes, cuja execução exige coordenação permanente entre as diversas etapas da obra.

12.4. As atividades relacionadas à infraestrutura, fundações, estruturas, alvenarias, cobertura, instalações elétricas, urbanização, paisagismo e acabamentos apresentam forte relação técnica entre si, exigindo compatibilização contínua durante toda a execução do empreendimento.

12.5. A eventual divisão da solução em múltiplos lotes ou contratos poderia gerar dificuldades de coordenação técnica, conflitos de responsabilidade, incompatibilidades executivas e aumento significativo dos riscos de atrasos.

12.6. A fragmentação da execução também poderia comprometer a uniformidade arquitetônica da estrutura, prejudicando a qualidade final do empreendimento e dificultando a adequada fiscalização dos serviços.

12.7. Sob o aspecto econômico, o parcelamento poderia resultar em aumento dos custos indiretos, duplicidade de mobilizações, multiplicação de estruturas administrativas e redução das economias de escala normalmente obtidas pela execução integrada.

12.8. A existência de múltiplos contratos para execução de partes distintas da solução aumentaria os custos de gestão contratual, fiscalização e acompanhamento técnico por parte da Administração.

12.9. Sob a perspectiva operacional, a execução integrada favorece o cumprimento dos prazos previstos, reduz interferências entre equipes distintas e permite melhor gerenciamento das etapas construtivas.

12.10. A centralização da responsabilidade executiva em uma única empresa possibilita maior controle sobre cronogramas, qualidade dos serviços, cumprimento das especificações técnicas e correção de eventuais inconformidades.

12.11. A indivisibilidade funcional da solução também decorre do fato de que a finalidade pública pretendida somente será plenamente alcançada mediante a conclusão integral de todos os sistemas que compõem o empreendimento.

12.12. Dessa forma, a análise técnica, econômica e operacional realizada demonstra que o parcelamento da solução não se mostra vantajoso para a Administração Pública.

12.13. Conclui-se que a execução integrada da solução representa a alternativa mais eficiente, econômica e segura para atendimento da necessidade pública identificada.

13. RESULTADOS PRETENDIDOS

13.1. Sob a perspectiva urbanística, pretende-se promover significativa qualificação da entrada do Município, mediante implantação de elemento arquitetônico capaz de valorizar a paisagem urbana e fortalecer a organização visual do acesso principal da cidade.

13.2. Busca-se estabelecer marco arquitetônico permanente que contribua para a melhoria da percepção urbana por parte dos moradores, visitantes e usuários das vias de acesso ao Município.

13.3. Sob o aspecto institucional, pretende-se fortalecer a identidade visual municipal, consolidando imagem urbana compatível com a relevância histórica, econômica e social de Córrego Danta.

13.4. A solução permitirá maior visibilidade institucional do Município, ampliando sua capacidade de identificação regional e fortalecendo sua representação perante visitantes e investidores.

13.5. No campo turístico, espera-se que a implantação do pórtico contribua para a valorização da imagem municipal, o fortalecimento do turismo regional e o incremento da atratividade visual da cidade.

13.6. O empreendimento deverá funcionar como importante elemento de acolhimento e recepção aos visitantes, transmitindo sensação de organização, pertencimento e valorização do patrimônio público.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG****Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro****Córrego Danta – Minas Gerais**

13.7. Sob o aspecto econômico, a valorização urbanística dos acessos municipais poderá contribuir para fortalecimento da atividade econômica local, ampliação da visibilidade do Município e melhoria da percepção dos agentes econômicos externos.

13.8. Os benefícios econômicos também poderão se refletir no fortalecimento indireto do comércio, serviços, turismo e demais atividades associadas à circulação de visitantes.

13.9. Sob a perspectiva social, a solução contribuirá para o fortalecimento do sentimento de pertencimento da população local, promovendo maior identificação dos cidadãos com os espaços públicos municipais.

13.10. A valorização da entrada da cidade também possui potencial para elevar a autoestima coletiva da população, reforçando o orgulho local e a percepção positiva quanto aos investimentos realizados pela Administração Pública.

13.11. Em relação ao patrimônio público, pretende-se agregar valor permanente à infraestrutura urbana municipal mediante implantação de equipamento arquitetônico de elevada relevância institucional.

13.12. O empreendimento contribuirá para a qualificação dos espaços públicos e para a melhoria da imagem urbana do Município ao longo dos próximos anos.

13.13. Administrativamente, espera-se ampliar a eficiência das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento urbano, ao turismo e à valorização dos bens públicos municipais.

13.14. Os resultados pretendidos encontram-se alinhados aos princípios da eficiência, planejamento, economicidade, interesse público e desenvolvimento sustentável previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO

14.1. Considerando a natureza do empreendimento, os impactos ambientais esperados são predominantemente temporários, localizados e passíveis de controle mediante adoção de medidas preventivas e mitigadoras adequadas.

14.2. Durante a fase de implantação poderão ocorrer movimentações de solo decorrentes das escavações necessárias à execução das fundações e demais serviços preliminares.

14.3. Os impactos sobre o solo deverão ser mitigados mediante adequada execução das escavações, proteção das áreas adjacentes, recomposição das superfícies afetadas e controle dos processos erosivos eventualmente identificados.

14.4. Em relação à drenagem superficial, a execução dos serviços poderá gerar alterações temporárias no escoamento das águas pluviais durante determinadas etapas da obra.

14.5. Para mitigação desses efeitos deverão ser adotadas medidas destinadas à preservação das condições de drenagem existentes e à prevenção de assoreamentos ou obstruções dos dispositivos já implantados.

14.6. Os impactos sobre a vegetação tendem a ser reduzidos em razão das características da área de implantação, devendo ser observadas as medidas necessárias à preservação dos elementos vegetais existentes que não sejam diretamente afetados pela intervenção.

14.7. Os resíduos da construção civil constituem um dos principais impactos ambientais associados ao empreendimento.

14.8. Todos os resíduos gerados deverão ser segregados, acondicionados, transportados e destinados em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução CONAMA nº 307/2002 e demais normas aplicáveis.

14.9. Durante a execução dos serviços poderão ocorrer emissões temporárias de poeira e material particulado.

14.10. A mitigação desses impactos deverá ocorrer mediante umidificação periódica das áreas de trabalho, adequada cobertura dos materiais transportados e adoção de boas práticas executivas.

14.11. Também poderão ocorrer emissões sonoras temporárias decorrentes da utilização de máquinas, equipamentos e ferramentas necessárias à execução dos serviços.

14.12. Os impactos relacionados aos ruídos deverão ser minimizados mediante observância dos horários adequados para execução das atividades e utilização de equipamentos em boas condições de manutenção.

14.13. Sempre que aplicável, deverão ser adotadas medidas compensatórias exigidas pelos órgãos ambientais competentes, observando-se as condicionantes eventualmente estabelecidas em licenças, autorizações ou dispensas ambientais.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG****Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro****Córrego Danta – Minas Gerais**

14.14. A futura contratada será integralmente responsável pelo cumprimento das normas ambientais aplicáveis ao empreendimento, devendo responder pela correta gestão dos resíduos, preservação das áreas afetadas e cumprimento das exigências dos órgãos fiscalizadores.

14.15. Também caberá à futura contratada promover treinamento adequado de suas equipes, implementar controles ambientais compatíveis com os serviços executados e disponibilizar documentação comprobatória sempre que solicitado pela fiscalização.

14.16. Considerando as características da intervenção, conclui-se que os impactos ambientais identificados apresentam baixa magnitude e elevada capacidade de mitigação.

15. MATRIZ DE RISCOS

15.1. Em atendimento ao disposto no artigo 18 da Lei Federal nº 14.133/2021 e considerando as boas práticas de governança, planejamento e gestão das contratações públicas, foi realizada análise dos principais riscos associados à implantação do Pórtico de Entrada do Município de Córrego Danta/MG.

15.2. A presente Matriz de Riscos tem por finalidade identificar eventos que possam impactar o custo, prazo, qualidade, segurança, desempenho ou regularidade da execução do empreendimento, estabelecendo medidas preventivas e mitigadoras destinadas à redução da probabilidade de ocorrência e dos impactos decorrentes.

15.3. A distribuição dos riscos foi realizada observando o princípio da eficiência administrativa e da alocação racional das responsabilidades, atribuindo cada risco à parte que possui melhores condições técnicas, operacionais ou administrativas para gerenciá-lo.

Nº	RISCO IDENTIFICADO	PROBABILIDADE	IMPACTO	RESPONSÁVEL	MEDIDAS PREVENTIVAS E MITIGADORAS
1	Chuvas intensas durante a execução da obra	Média	Médio	Compartilhado	Planejamento das atividades críticas, acompanhamento meteorológico e reprogramação dos serviços afetados.
2	Atraso na mobilização da empresa executora	Baixa	Médio	Contratada	Exigência de planejamento executivo e cronograma detalhado antes do início dos serviços.
3	Falhas na execução das fundações	Baixa	Alto	Contratada	Controle tecnológico, acompanhamento técnico e observância integral dos projetos estruturais.
4	Erros construtivos na execução da estrutura	Baixa	Alto	Contratada	Supervisão técnica permanente, utilização de profissionais habilitados e controle de qualidade dos serviços.
5	Utilização de materiais em desacordo com as especificações	Média	Alto	Contratada	Fiscalização rigorosa, exigência de certificados e aprovação prévia dos materiais pela fiscalização.
6	Atraso no fornecimento de materiais e insumos	Média	Médio	Contratada	Planejamento de compras e manutenção de estoque mínimo para itens críticos.
7	Interferências não identificadas no local da implantação	Baixa	Médio	Administração	Levantamentos prévios e disponibilização das informações técnicas existentes.
8	Acidentes de trabalho durante a	Média	Alto	Contratada	Cumprimento das NRs, fornecimento de EPIs,

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG****Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro****Córrego Danta – Minas Gerais**

	execução				treinamentos e fiscalização de segurança.
9	Danos a terceiros durante a execução	Baixa	Alto	Contratada	Isolamento da área, sinalização adequada e contratação de seguros quando aplicável.
10	Descumprimento do cronograma físico-financeiro	Média	Alto	Contratada	Monitoramento permanente da execução e aplicação das medidas contratuais cabíveis.
11	Necessidade de ajustes pontuais decorrentes de condições locais verificadas durante a obra	Baixa	Médio	Compartilhado	Avaliação técnica prévia e formalização dos procedimentos necessários conforme legislação.
12	Falhas na execução das instalações elétricas	Baixa	Médio	Contratada	Execução por profissional habilitado e realização de testes antes do recebimento da obra.
13	Ocorrência de patologias construtivas após a conclusão	Baixa	Alto	Contratada	Observância das normas técnicas, controle de qualidade e garantia legal da obra.
14	Destinação inadequada de resíduos da construção civil	Média	Médio	Contratada	Plano de gerenciamento de resíduos e comprovação documental da destinação ambientalmente adequada.
15	Danos ambientais decorrentes da execução	Baixa	Médio	Contratada	Cumprimento da legislação ambiental e adoção das medidas mitigadoras previstas.
16	Aumento extraordinário e imprevisível dos custos dos insumos da construção civil	Baixa	Médio	Compartilhado	Aplicação dos mecanismos legais de reequilíbrio econômico-financeiro, quando cabíveis.
17	Paralisação da obra por fatos supervenientes imprevisíveis	Baixa	Alto	Compartilhado	Acompanhamento contínuo da execução e adoção imediata das medidas corretivas necessárias.
18	Vandalismo ou danos à estrutura durante a execução	Baixa	Médio	Contratada	Vigilância do canteiro, isolamento da área e proteção dos materiais armazenados.
19	Inconsistências entre medições e execução física	Baixa	Médio	Compartilhado	Fiscalização técnica permanente e conferência conjunta das medições realizadas.
20	Não atendimento dos requisitos de qualidade previstos nos projetos	Média	Alto	Contratada	Fiscalização sistemática, ensaios, testes e rejeição dos serviços em desconformidade.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG****Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro****Córrego Danta – Minas Gerais**

15.4. A análise dos riscos identificados demonstra que o empreendimento apresenta grau de risco compatível com obras de engenharia de baixa complexidade estrutural e reduzido porte executivo, sendo plenamente viável sua implantação mediante adequada gestão contratual e fiscalização técnica.

15.5. Os riscos classificados como de maior relevância concentram-se na qualidade da execução estrutural, cumprimento dos prazos, segurança dos trabalhadores e observância das especificações técnicas constantes dos projetos e documentos de engenharia.

15.6. Verifica-se que todos os riscos identificados possuem medidas de tratamento adequadas e compatíveis com as práticas normalmente adotadas pela Administração Pública em obras de engenharia, não sendo constatado qualquer risco capaz de comprometer a viabilidade técnica, operacional, econômica ou administrativa do empreendimento.

15.7. Conclui-se que os riscos associados à implantação do Pórtico de Entrada do Município de Córrego Danta/MG são plenamente gerenciáveis, encontrando-se adequadamente tratados por meio das medidas preventivas e mitigadoras estabelecidas nesta Matriz de Riscos.

16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

16.1. A análise técnica realizada demonstra que a solução estudada apresenta plena viabilidade sob o aspecto de engenharia, encontrando-se adequadamente fundamentada nos projetos, memoriais, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos elaborados para o empreendimento.

16.2. Sob a perspectiva operacional, verifica-se que a solução é plenamente executável, existindo mercado fornecedor capacitado, disponibilidade de tecnologias construtivas adequadas e condições operacionais compatíveis com a implantação da estrutura no local previsto.

16.3. A análise econômica demonstra que o investimento apresenta compatibilidade com os benefícios públicos esperados, especialmente aqueles relacionados à valorização urbanística, fortalecimento institucional, desenvolvimento turístico e qualificação dos espaços públicos municipais.

16.4. Sob o aspecto ambiental, os impactos identificados apresentam caráter temporário, baixa magnitude e elevada capacidade de mitigação, não sendo constatados impedimentos ambientais capazes de inviabilizar a implementação da solução analisada.

16.5. A avaliação administrativa evidencia compatibilidade da solução com os instrumentos de planejamento governamental, com os objetivos estratégicos da Administração Municipal e com as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento urbano e valorização do patrimônio público.

16.6. Diante dos estudos realizados, das análises técnicas desenvolvidas e da documentação examinada, conclui-se pela **VIABILIDADE TÉCNICA, OPERACIONAL, ECONÔMICA, AMBIENTAL E ADMINISTRATIVA** da implantação do pórtico de entrada do Município de Córrego Danta/MG, considerando que a solução analisada apresenta potencial para promover significativa valorização urbanística, fortalecimento da identidade visual municipal, incremento da atratividade turística, melhoria da percepção urbana e qualificação da infraestrutura pública, atendendo de forma adequada ao interesse público e aos objetivos estratégicos da Administração Municipal.

Córrego Danta, 11 de junho de 2025.

Fernando Crescêncio Bernardes
Engenheiro Civil
CREA 168289/MG

Bruno Henrique da Silva Gontijo
Agente de Administração – Obras
Matrícula nº 1595



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

Luiz Juvêncio Andrade
Secretário Municipal de Obras e Transportes

Aprovado por:

Ednei Martins de Matos
Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG**

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

ANEXO II
MODELO DA PROPOSTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026

À PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA – MG

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada à _____, bairro _____, município de _____, por seu representante legal, vem, perante Vs. Sa., apresentar sua PROPOSTA COMERCIAL, para a licitação em epígrafe:

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução da obra de **CONSTRUÇÃO DO PORTAL DE ENTRADA DO MUNICÍPIO DE CÓRREGO DANTA/MG**, compreendendo o fornecimento integral de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, transporte, administração da obra, mobilização, desmobilização, sinalização, limpeza final e todos os serviços necessários à perfeita execução do empreendimento, conforme projetos, memorial descritivo, memorial de cálculo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, BDI e demais documentos técnicos integrantes do processo.

Em atenção a Concorrência Eletrônica supramencionada, apresentamos na tabela em anexo os Preços para a referida prestação de serviços.

ITEM PLATAFORMA	ITEM DA P.O	ITEM	UNI	QUANT	P. UNIT. (C/BDI)	P. TOTAL (C/BDI)
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						

Valor total da proposta: R\$ XX.XXX,XX (valor por extenso).

Obs.: Deverá conter **OBRIGATORIAMENTE** na proposta:

- Indicação do número desta Concorrência;
- Assinatura, por quem de direito;
- Validade da proposta;
- Condições de pagamento;
- A proposta deverá ser apresentada em folha timbrada da empresa, ou carimbada com identificação do participante em todas as vias;
- A proposta deverá ser entregue em 01 via, digitada ou datilografada, em linguagem clara, sem rasuras ou entrelinhas.

Local e data.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

Razão Social da Empresa

Nº CNPJ

Representante Legal

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser emitida preferencialmente em papel que identifique o licitante.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG**

**Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais**

ANEXO III - DECLARAÇÃO UNIFICADA

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026**

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução da obra de **CONSTRUÇÃO DO PORTAL DE ENTRADA DO MUNICÍPIO DE CÓRREGO DANTA/MG**, compreendendo o fornecimento integral de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, transporte, administração da obra, mobilização, desmobilização, sinalização, limpeza final e todos os serviços necessários à perfeita execução do empreendimento, conforme projetos, memorial descritivo, memorial de cálculo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, BDI e demais documentos técnicos integrantes do processo.

Eu, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (Representante Legal devidamente qualificado) da empresa XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita sob o CNPJ de nº XXXXXXXXXXXX, DECLARO, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que a empresa:

1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, nos termos do art. 63, inciso I da Lei nº 14.133, de 2021;
2. Apresenta proposta que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
3. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
4. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
5. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do art. 63, inciso IV da Lei nº 14.133, de 2021;
6. Organizada em cooperativa (se for o caso), cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
7. Declara que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas
8. Enquadrado como empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa (se for o caso), cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

XXXXXXXX, XX de XXXXXX de 20XX.

NOME (RESPONSÁVEL TÉCNICO OU REPRESENTANTE LEGAL)

CPF nº: XXX.XXX.XXX-XX

RG nº: X.XXX.XXX.X

(assinatura e carimbo)

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser emitida preferencialmente em papel que identifique o licitante.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG**

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO Nº XXX/2026**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2026****CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/.....,
QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

O Município de Córrego Danta/MG, com sede na Avenida Francisco Campos, nº 27, Centro, CÓRREGO DANTA – MG, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 18.298.174/0002-48, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o senhor Ednei Martins de Matos, portador do CPF nº 697.129.306-10, documento de identidade nº MG – 6.479.788 SSP/MG, brasileiro, solteiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em* doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por* (nome e função no contratado), *conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da *Concorrência Eletrônica n. .../...*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de engenharia de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO DA OBRA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR GLOBAL

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG****Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro****Córrego Danta – Minas Gerais****CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. *O valor total da contratação é de R\$...... (.....).*

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.1.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais elaboradas com base no SINAPI (SICRO), SETOP, COMPOSIÇÃO, ORSE, SBC, datadas de 26/09/2023.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Custo da Construção Civil - INCC, sendo utilizado o Índice de Reajustamento de Obras Rodoviárias - DNIT, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV para as colunas específicas, ou outro que venha substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4.1. *Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.*

7.5. Nas aferições finais, os índices utilizados para reajuste serão, obrigatoriamente, os definitivos.

7.6. Caso os índices estabelecidos para reajustamento venham a ser extintos ou de qualquer forma não possam mais ser utilizados, serão adotados, em substituição, os que vierem a ser determinados pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.2. Emitir ordem de serviços de início de execução do presente contrato.

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas. Fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento a Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar a Contratada, sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria-Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.13. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

8.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. Para a assinatura do contrato, deverá ser apresentado, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir do momento em que a empresa for declarada vencedora, as composições analíticas dos preços unitários e globais, (com todos os itens detalhadamente descritos) para execução dos serviços. Para balizar o aditamento posterior ao contrato, observados os critérios do art. 135 da Lei 14.133/21.

9.2. Manter, durante toda a vigência deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar a CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção deste contrato.

9.3. Designar um preposto, idôneo e habilitado, com poderes para representá-la, receber notificações da fiscalização e para tomar deliberações sobre todos os assuntos, para o bom e fiel cumprimento do contrato, sendo formal e previamente indicado à Administração.

9.4. Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os mediante crachás com fotografia recente e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual – EPIs recomendados pela legislação, em especial a Norma do Ministério do Trabalho e Emprego (Equipamentos de Proteção Individual), regulamentada pela Portaria nº 3.214, de 08/06/78, do Ministério do Trabalho e Emprego.

9.5. Fornecer toda a mão de obra, materiais, ferramentas e equipamentos necessários ao pleno desenvolvimento dos serviços contratados.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG****Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro****Córrego Danta – Minas Gerais**

9.6. Assumir toda e qualquer responsabilidade, civil, penal, previdenciária, trabalhista, fiscal e comercial com o pessoal empregado na execução do objeto deste contrato.

9.7. A inadimplência da contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

9.8. Responder por quaisquer danos que venham a ser causado ao CONTRATANTE ou a terceiros, por seus empregados ou prepostos, no exercício de suas tarefas.

9.9. Assumir, por sua exclusiva responsabilidade, as despesas com assistência médica e hospitalar de pessoal alocado aos serviços em condições normais ou em regime de horário extraordinário.

9.10. Contratar e dispensar, às suas expensas e sob sua exclusiva responsabilidade, todo o pessoal necessário à prestação dos serviços contratados, bem como, o pagamento dos encargos trabalhistas e sociais devidos, nos prazos da lei.

9.11. Manter no canteiro de obra o Diário de Obras atualizado diariamente.

9.12. Fornecer todos os materiais a serem empregados na realização dos serviços, objeto deste contrato, devendo os mesmos serem novos, comprovadamente de primeira qualidade, satisfazendo rigorosamente as especificações constantes do Edital e seus Anexos.

9.13. Ficará a cargo da CONTRATADA toda a segurança e prevenção contra acidentes do trabalho do pessoal empregado na execução dos serviços contratados, devendo esta exercer severa vigilância sobre os mesmos.

9.14. Manter limpa e organizada a área de trabalho durante e no término dos serviços.

9.15. Reparar, corrigir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços executados com qualquer avaria ou em condições inapropriadas de funcionamento refazendo-os no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da notificação.

9.16. Apresentar CND do INSS da obra e demais comprovantes aplicáveis a espécie, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a emissão da nota fiscal referente a última medição realizada da obra.

9.17. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.18. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.19. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.20. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG****Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro****Córrego Danta – Minas Gerais**

- 9.21. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.22. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.23. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.24. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.25. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.26. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.27. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.28. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.29. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));
- 9.30. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));
- 9.31. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.32. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.33. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.34. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 9.35. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 9.36. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 9.37. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 9.38. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 9.39. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 9.40. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 9.41. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG****Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro****Córrego Danta – Minas Gerais**

9.42. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

9.43. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

9.44. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do [artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006](#), de:

- a) Manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- b) Supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- c) Florestas plantadas; e
- d) Outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

9.45. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do [artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010](#), por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- b) Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme [artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981](#), e legislação correlata;
- c) Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.45.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.46. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme [artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010](#), nos seguintes termos:

9.46.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.46.2. Nos termos dos [artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002](#), o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

- a) resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.
- b) resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.
- c) resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG****Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro****Córrego Danta – Minas Gerais**

d) resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.46.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.46.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.47. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.47.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na [Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006](#), e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.47.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da [Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90](#), e legislação correlata.

9.48. Nos termos do [artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010](#), deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.49. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.50. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.51. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG****Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro****Córrego Danta – Minas Gerais**

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade concorrência eletrônica, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

11.2. A caução inicial será reforçada durante a execução dos serviços contratados, de forma a totalizar sempre 5% (cinco por cento) do valor vigente do contrato (preços iniciais mais reajustamento se houver).

11.3. A garantia e seus reforços poderão ser realizados em uma das seguintes modalidades:

11.3.1. Caução em dinheiro ou título da dívida pública;

11.3.2. Seguro garantia;

11.3.3. Carta de fiança bancária.

11.4. No caso de fiança bancária, esta deverá ser, a critério do licitante, fornecida por um banco localizado no Brasil, pelo prazo da duração do contrato, devendo a contratada providenciar sua prorrogação, por toda a duração do contrato, independente de notificação da Prefeitura Municipal de CÓRREGO DANTA, sob pena de rescisão contratual.

11.5. No caso da opção pelo seguro garantia o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice emitida por entidade em funcionamento no País, e em nome da Prefeitura Municipal de CÓRREGO DANTA, cobrindo o risco de quebra do contrato, pelo prazo de duração do contrato, devendo a contratada providenciar sua prorrogação, por toda a duração do contrato, independente de notificação desta Prefeitura, sob pena de rescisão contratual.

11.6. No caso de opção pelo Título da Dívida Pública, este deverá estar acompanhado de laudo de avaliação da Secretaria do Tesouro Nacional, no qual está informará sobre a exequibilidade, valor e prazo de resgate, taxa de atualização, condições de resgate.

11.7. No caso de opção por caução em dinheiro, o interessado deverá procurar a Tesouraria da Prefeitura Municipal de CÓRREGO DANTA, para obter instruções de como efetuar-la.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG****Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro****Córrego Danta – Minas Gerais**

11.8. A garantia prestada pelo licitante vencedor lhe será restituída após o recebimento definitivo da obra.

11.9. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.10. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.11 deste contrato.

11.11. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.12. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.12.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.12.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

11.12.3. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

11.13. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.12, observada a legislação que rege a matéria.

11.14. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica, com correção monetária.

11.15. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

11.16. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.17. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.18. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de (.....) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.19. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.19.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.19.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.20. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.21. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.22. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

11.23. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

11.24. A garantia de execução é independente de eventual garantia do serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG****Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro****Córrego Danta – Minas Gerais****CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

h) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

i) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

l) Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

d) **Multa:**

(1) Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

(2) Compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual;

(3) Compensatório de 20 % (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese de a CONTRATADA, injustificadamente, desistir do contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando o município, em face da menor gravidade do fato e mediante a motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

e) A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

f) Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

g) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

h) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG****Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro****Córrego Danta – Minas Gerais**

i) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

j) A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.5. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.6. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(Ceis\)](#) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.7. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.8. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

- a) Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado;
- b) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- c) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG****Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro****Córrego Danta – Minas Gerais**

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

a) Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

b) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

a) O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

b) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

c) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

d) Indenizações e multas.

13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UNID	CLASSIFICAÇÃO/DOTAÇÃO	FONTE	FICHA	ELEMENTO
02.09.02.	15.451.0030.1062	1.706.000.3110	306	4.4.90.51.00- obras e instalações

I. Gestão/Unidade:

II. Fonte de Recursos:

III. Programa de Trabalho:

IV. Elemento de Despesa:

V. Plano Interno:

VI. Nota de Empenho:

b) A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Comarca de Lagoa da Prata/MG, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

ANEXO V

MODELO DE DEMONSTRATIVO DA BOA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026

À Prefeitura Municipal de CÓRREGO DANTA

Demonstrativo da Boa Situação Econômico-financeira exercício de 2025

1 – Índice Liquidez Geral (ILG) - Igual ou superior a 1,0 calculado pela fórmula:

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

2 - Índice de Liquidez Corrente (ILC) - Igual ou superior a 1,0 calculado pela fórmula:

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

3 – Grau de Endividamento - Igual ou inferior a 1,00 calculado pela fórmula:

$$GE = \frac{PC + ELP}{AT}$$

Siglas:

AC= Ativo Circulante

PC=Passivo Circulante

RLP=Realizável a Longo Prazo

ELP=Exigível longo prazo

AT=Ativo Total

Por ser verdade, firmo o presente.

Local e data

Assinatura de representante legal

CNPJ

Assinatura do Contador

Carimbo de CRC

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser emitida preferencialmente em papel que identifique o licitante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais
ANEXO VI

ATESTADO DE VISITA TÉCNICA (INCISO VI DO ART. 67 DA LEI Nº 14.133/21)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

Razão Social:

CNPJ:

Endereço: (endereço completo)

Representante da empresa:

Telefone:

E-mail:

Declaramos para todos os fins de direito que a empresa acima identificada, na pessoa do seu representante o senhor XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, que abaixo assina, portador do CPF XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX e documento de identidade XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, esteve no local onde será a obra de **CONSTRUÇÃO DO PORTAL DE ENTRADA DO MUNICÍPIO DE CÓRREGO DANTA/MG**, compreendendo o fornecimento integral de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, transporte, administração da obra, mobilização, desmobilização, sinalização, limpeza final e todos os serviços necessários à perfeita execução do empreendimento, conforme projetos, memorial descritivo, memorial de cálculo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, BDI e demais documentos técnicos integrantes do processo.

A visita realizada e os elementos técnicos fornecidos (projetos e planilhas) são suficientes para os levantamentos necessários à elaboração da proposta bem como o desenvolvimento dos serviços a serem realizados, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas pela empresa em favor de eventuais pretensões de acréscimos de serviços.

Não serão aceitas reclamações posteriores sob alegação de aumento de serviços ou serviços e materiais não relacionados nos Projetos, planilhas e memoriais.

CÓRREGO DANTA, xx de xxxxxx de 2026.

Fernando Crescêncio Bernardes

CREA 168.289D/MG - Engenheiro Civil

Responsável Técnico da Prefeitura Municipal de CÓRREGO DANTA – MG

Representante da empresa

CPF e RG

Razão social da empresa



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL A SER REALIZADA A OBRA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

Razão Social:

CNPJ:

Endereço: (endereço completo)

Representante da empresa:

Telefone:

E-mail:

Eu,, Engenheiro/Arquiteto Urbanista, portador da carteira do CREA/CAU nº, Região, responsável técnico da empresa, declaro conhecer o local a ser executada a obra de **CONSTRUÇÃO DO PORTAL DE ENTRADA DO MUNICÍPIO DE CÓRREGO DANTA/MG**, tendo declinado do direito de participar da Visita Técnica ao local da referida obra.

Local e data.

Razão Social da Empresa

Nº CNPJ

Representante Legal

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser emitida preferencialmente em papel que identifique o licitante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

ANEXO VIII – DEMAIS ANEXOS

- PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**
- CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRO**
- MEMORIAL DESCRITIVO**
- PROJETO BÁSICO**
- COMPOSIÇÃO DO BDI**

- Os documentos poderão ser obtidos gratuitamente nos endereços eletrônicos www.corregodanta.mg.gov.br e <https://www.licitanet.com.br/>.